

LUCIANO DE ASSIS

**O ESTADO PERVERSO: A RAZÃO INSTRUMENTAL NA CRÍTICA
NEOCONSERVADORA AO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL.
(EUA - DÉCADAS DE 1970 E 1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof. Dr.
Reginaldo Carmello de Moraes . .

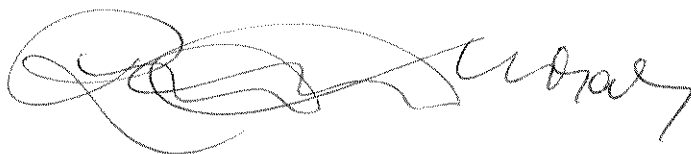
Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 13 de Junho de 2005.

Banca

Prof. Dr. Reginaldo Carmello de Moraes

Prof. Dra. Ana Paula Paes de Paula

Prof Dra. Adréia Galvão



JUNHO/2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UN
	As76e
V	EX
TOMBO BC/	65011
PROC.	16-P-00086-05
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	02/08/05
Nº CPD	

CAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Assis, Luciano

As76e O Estado Perverso : a Razão Instrumental na crítica Neoconservadora ao Estado de Bem Estar Social (EUA, décadas de 1970-1980) / Luciano de Assis. - - Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: Reginaldo C. Correa de Moraes.
Coorientador: Armando Boito Junior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Liberalismo. 2. Neoliberalismo. 3. Ideologias - Aspectos políticos. 4. Conservadorismo - Estados Unidos - História Séc.XX 5. Políticas públicas. 6. Políticas sociais. 7. Bem-estar social - Estados Unidos. 8. Ciência política. I. Moraes, Reginaldo C. Correa de (Reginaldo Carmello Correa de), 1950- II. Boito Junior, Armando III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

(Sfm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Liberalism.
Neoliberalism.
Political aspects.
Conservatism - United States - History Century XX.
Public policy.
Social policy.
Social welfare.
Political science.

Área de concentração: Políticas Sociais.

Titulação: Mestre em Ciência Política.

Banca examinadora: Reginaldo Carmello de Moraes

Andréia Galvão

Ana Paulo Paes de Paula

Data da defesa: 13 de junho de 2005

Índice

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. APONTAMENTOS SOBRE AS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO NEOCONSERVADOR DA EUROPA AOS EUA	21
CONTEXTO	21
TEMAS.....	24
ORIGENS NO CONSERVADORISMO.....	34
CAPÍTULO 2. O ESTADO PERVERSO.....	41
CHARLES MURRAY E AS CONSEQUÊNCIAS DO CÁLCULO UNIVERSAL	
Tese 1: Mudanças ambientais acarretam mudanças comportamentais	44
Tese 2: Transferências de pobres para pobres são injustas	50
A conclusão: O retorno às políticas raciais, educacionais e de EBES anteriores à década de 1960	51
NATHAN GLAZER E OS LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIAIS	56
Tese 1: As políticas sociais têm limites.....	58
Tese 2: As políticas sociais desmontam as comunidades tradicionais, que são os agentes mais eficientes para orientar os indivíduos a obter independência	61

200515776

A conclusão: o EBES estadunidense é diferente e não incompleto.	67
CAPÍTULO 3. HIPÓTESES INTERPRETATIVAS E PROPOSTAS PARA PESQUISAS FUTURAS	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
BIBLIOGRAFIA	93

Resumo

O objetivo geral da presente dissertação de mestrado é explorar a ideologia política individualista contemporânea em busca de seus pressupostos, matrizes e fluxos lógicos. Para tanto assumimos o objetivo específico de sintetizar algumas das teses favoráveis ao recuo da intervenção social do Estado, recolocadas no debate político nos EUA, nas décadas de 1970 e 1980. Propostas por autores contemporâneos entre si, e por vezes conterrâneos – novayorkinos -, as teses sobre as quais nos debruçamos estão associadas em geral ao que se convencionou chamar de neoliberalismo, e de modo mais circunscrito, ao termo neoconservadorismo. Empreendemos, portanto, uma síntese das idéias deste grupo sobre o papel do Estado, precedido por uma breve localização histórica do debate. Ao final do presente trabalho propomos alguns pontos de partida para futuras pesquisas que visem o avanço na compreensão dos objetivos gerais propostos acima.

Abstract

The general purpose of this research is to explore the contemporary individualistic political ideology, to finally undertake the bases and logical flux. Therefore was assumed as specific issue, the synthesis of some thesis that criticizes the social State (Government) interferences, disputed in USA, on 1970 and 1980 decades. These authors, in general contemporaries and neighbors – citizens of New York City of cited decades– produced thesis associated with the term neo-liberalism, in general, and with neo-conservatism, more precisely. In sum, was made a synthesis of the main idea about the social role of the State (Government), preceded by a brief historical localization of the debate. Finally, at the end of this work, was presented some hypothesis and virtual interpretation of this intellectual movement, as an initial starting point to other researches.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao CNPq pela Bolsa de estudo, sem a qual este trabalho não poderia ser realizado.

Entre os colaboradores que tiveram importância chave neste trabalho, agradeço especialmente a meu orientador, Prof. Reginaldo Moraes. Quando me decidi, após seis anos de afastamento da área acadêmica, por voltar às Ciências Sociais para amadurecer minha formação e reabrir minha trajetória na área, ansiava por encontrar um caminho de pesquisa que contemplasse as questões que me foram sugeridas pelo ambiente “não acadêmico”. Tive a felicidade de participar de um curso em 2001, ministrado por Reginaldo, a partir do qual me senti encorajado a empreender o retorno e realizar o antigo plano de completar, ao menos, o mestrado, por volta dos 30 anos de vida. O respeito e a admiração inspirados por neste primeiro curso se mantiveram e se afirmaram durante toda sua orientação. Além da própria sugestão do tema, seu conhecimento, clareza de pensamento e seriedade como orientador, formam o alicerce de apoio fundamental para a realização deste trabalho. Gostaria de estender este agradecimento também ao grupo do CEIPOC (Centro de Estudos de Política Contemporânea), pelas discussões sobre temas afins e críticas importantes ao meu trabalho.

Em especial também agradeço ao meu co-orientador, Prof. Armando Boito Jr., que se prontificou a me apoiar na ocasião da viagem de Reginaldo, tendo me guiado durante o

processo de qualificação. Em detrimento da importância de seu apoio como co-orientador, quero manifestar minha gratidão pela generosidade e abertura intelectuais com que recebeu, no GEA (Grupo de Estudos Althusserianos) minhas tateantes reflexões. Sua atenção e seu retorno têm sido um estímulo e um aprendizado que estão entre as experiências que me são mais caras em toda minha história na Unicamp. Quero estender este agradecimento a todos os companheiros do GEA, com os quais tive a satisfação de compartilhar diversas discussões que me ajudaram a avançar na compreensão do marxismo e de minhas próprias perguntas.

Agradeço às contribuições de Andréia Galvão e Ana Paula Paes de Paula, que souberam apontar a direção para o desenvolvimento do trabalho no processo de qualificação, mas também pelo apoio e empenho na fase final da composição do texto.

Agradeço de coração à Profa. Amnérís Maroni, quem abriu minha reflexão para vários temas da psicanálise e filosofia que sustentam algumas das posições intelectuais mais caras que trago comigo.

Alguns amigos têm me influenciado tremendamente por suas formas de compreensão do mundo e não poderia deixar de citá-los, pois sua presença neste trabalho é do tamanho de sua influência no meu modo de pensar. Agradeço a Jansen e Graça Grininger, que me fizeram respeitar de novo a religião e que me tem seduzido a buscar mais da cultura brasileira nas tradições de nosso povo; agradeço a Cassiano Rodrigues que tem me orientado e incentivado na minha busca pelos caminhos da filosofia; agradeço a Marcos

Chiminazzo, por ter me apresentado tanta coisa e pelas discussões dos últimos tempos que me clarearam na compreensão do movimento conservador e da “Utopia do Esclarecimento”; a Henrique José Amorim e Eleonora Frenkel agradeço as inúmeras discussões sobre a vida e sobre o marxismo, sem as quais esta empreitada temática não teria sido escolhida. Pelo nome destes estendo meus agradecimentos a todos meus queridos amigos buscadores, meus grandes companheiros de viagem, que pela vida à fora tem me feito pensar pelos seus próprios pensamentos.

Deixo meu amoroso agradecimento a meu irmão, Leandro de Assis, e minha cunhada, Fabiana Pessoa, que tem um lugar único na minha vida e em meu coração.

Agradeço muito especialmente à vida, que em sua generosidade encantadora uniu minha vida à de Lara Heller Gordon, minha companheira, com quem divido os méritos de tudo de valor que realizo. À vida agradeço ser merecedor do coração de Victória, Flávio, Gisela, Nilza e André, que me receberam em família generosamente e com quem quero compartilhar meus dias e meus encantamentos. À vida também agradeço ser o “Tio Lu” de meus queridos Ariel, Agnes e Aurea.

Por fim dedico este trabalho a meu pai, Adelino de Assis, e minha mãe, Marli Camargo de Assis, pelo apoio incondicional e pela nobreza de coração que procurarei perpetuar em meus futuros filhos e netos.

Introdução

I

O objetivo geral da presente dissertação de mestrado é explorar a ideologia política individualista contemporânea em busca de seus pressupostos, matrizes e fluxos lógicos. Para tanto assumimos o objetivo específico de sintetizar algumas das teses favoráveis ao recuo da intervenção social do Estado, recolocadas no debate político nos EUA, nas décadas de 1970 e 1980. Propostas por autores contemporâneos entre si, e por vezes conterrâneos – novayorkinos –, as teses sobre as quais nos debruçamos estão associadas em geral ao que se convencionou chamar de neoliberalismo, e de modo mais circunscrito, ao termo neoconservadorismo. Empreendemos, portanto, uma síntese das idéias deste grupo sobre o papel do Estado, precedido por uma breve localização histórica do debate. Ao final do presente trabalho propomos alguns pontos de partida para futuras pesquisas que visem avanço na compreensão dos objetivos gerais propostos acima.

II

O século XX assistiu a ascensão e queda da hegemonia do Estado de Bem Estar Social (EBES). Sendo uma consequência da disseminação do intervencionismo estatal keynesiano, ou somente estando em sintonia com este, o fato é que em meados daquele século um expressivo movimento crítico ao liberalismo clássico, engendrado dentro de suas

dependências, foi levado a cabo em políticas sociais e econômicas que tiveram lugar determinante na história do capitalismo, unindo de modo significativo ativistas de várias correntes ideológicas em torno de objetivos comuns: a produção de políticas sociais capazes de minimizar, ou extinguir, conseqüências crônicas do capitalismo. Mas a hegemonia desse movimento não duraria mais de 30 anos, tendo sido vitimada por uma campanha retórica massiva das correntes individualistas (conservadoras, neoliberais e neoconservadoras), que utilizaram uma leitura dos resultados das políticas do que se convencionou chamar “consenso keynesiano” para deflagrar sua crítica radical. Hoje, no início do século XXI, encontra-se o ideário liberal clássico novamente fortalecido e amalgamado com diversos princípios do conservadorismo do século XIX, operando assim como princípio de políticas econômicas e sociais lideradas pelos governos do primeiro mundo e pelos principais órgãos internacionais relacionados com o comércio e a economia, tais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. Ainda que o aparato governamental destinado ao bem estar social esteja em alguma medida ainda em operação, seus críticos assumiram a dianteira e há décadas operam seu desmanche. Buscamos neste trabalho avançar nossa compreensão tanto sobre as raízes e postulados dos argumentos críticos aos programas sociais da segunda metade do século XX, como sobre as bases da ortodoxia individualista – ou liberal - da qual o fenômeno histórico que ora nos interessa é uma expressão. Para tanto focamos nossa atenção na doutrina neoconservadora estadunidense, expressa no debate sobre o EBES nas décadas de 1970 e 80, parte integrante do processo de chegada de Reagan ao poder nos EUA. Sugeriremos no capítulo 3 algumas hipóteses que apontam para a dinâmica interna

do movimento, assim como para a necessidade e pertinência de localizá-lo no debate filosófico sobre as noções de Liberdade e Igualdade.

III

Para os neoconservadores o alicerce e a fonte do bem comum estão no cálculo individual para a concretização de fins e interesses e, portanto, na liberdade e na responsabilidade pela ação tanto privada, quanto política. Princípios estes afinados com o individualismo racionalista do mundo contemporâneo. Mas os neocons também estão afinados com princípios como comunidades fundamentais, tradição, família e religião, já existentes, ainda que não da mesma forma, antes da hegemonia capitalista. Para os neoconservadores que fizeram sua crítica ao EBES, o governo, ao interferir num campo cuja competência é dos indivíduos e da iniciativa privada, acaba por não só falhar na sua tentativa, mas também por criar mais problemas onde antes pretendia somente soluções. E mais precisamente, tais teses defendem que os resultados dessas políticas acabaram sendo exatamente o contrário do que pretendiam seus empreendedores, porque causaram o enfraquecimento daquelas estruturas elementares da organização social, sem as quais a sociedade entraria num colapso entre a vida material e a cultura, provocando o surgimento e agravamento de sérios problemas sociais, como pobreza, violência e desagregação familiar. Estamos seguindo aqui o caminho aberto por Albert Hirschman quando defendeu que a retórica de tais autores continha o “argumento do Efeito Perverso”, já usado pelos conservadores como Edmund Burke (a quem se deve o surgimento do termo conservadorismo), frente o avanço da ordem

capitalista e pelos conservadores liberais, frente ao avanço do socialismo e/ou do intervencionismo estatal (Hirschman, 1992).

O movimento neoconservador não se restringe à crítica do EBES. Ele é amplo e representa uma atualização do conservadorismo, assim como do liberalismo, em um molde sociológico e acadêmico cujo alcance em políticas governamentais foi, e tem sido, extenso, haja vista o desmanche do EBES. Entre os autores que são mais comumente considerados integrantes deste movimento estão: Nathan Glazer, Charles Murray, Daniel Bell, Irving Kristol, Normam Podhoretz, J. Kirkpatrick, Daniel Moynihan, entre muitos outros. No presente trabalho não analisamos todos estes autores. Para nossa seleção de autores contamos, no entanto, com o suporte de alguns comentadores, como o espanhol Amando de Miguel, que fez um estudo sobre o espectro ideológico encontrado nos EUA até a década de 1980; os estadunidenses conservadores Robert Nisbet, que produziu alguns estudos sobre a história do conservadorismo e da sociologia, e George Nash, que produziu um significativo trabalho sobre a história do conservadorismo nos EUA; o alemão frankfurtiano Helmut Dubiel, que produziu um estudo sobre os neoconservadores que os localiza no debate filosófico da atualidade; e numa coletânea organizada por Coser, na qual alguns autores estadunidenses fazem críticas das posições neoconservadoras. Todos defendem a sintonia essencial do grupo e a afinidade desse com a crítica ao EBES. Analisaremos, pois, somente aqueles autores que lidaram mais diretamente com a crítica do EBES e que, como demonstraremos, utilizaram o argumento do Efeito Perverso para fundamentá-la. Dois autores estão no foco da nossa pesquisa: Charles Murray e Nathan Glazer.

Charles Murray e Nathan Glazer foram selecionados por serem os autores que produziram obras chave para o debate sobre o EBES e porque são exemplares da posição neoconservadora sobre o tema. Charles Murray escreveu um dos livros mais marcantes desse debate: “Loosing Ground”. Lançado em 1984, é uma referência do pensamento neoconservador, sendo amplamente citada entre defensores e críticos do EBES. Murray irá utilizar-se de elementos da abordagem conhecida como “racional choice” para demonstrar que as políticas sociais do EBES, ao acarretarem mudanças no ambiente social, e mais propriamente no leque de oportunidades que os indivíduos encontram para se sustentarem, mudam também as decisões dos indivíduos e sua forma de se posicionarem frente a sociedade. Dito de modo direto, a malha de subsídios fornecidos pelo governo faz com que seja racionalmente interessante para os necessitados adequarem-se aos perfis dos elegíveis aos benefícios, ao invés de procurarem adequar-se aos modelos de comportamento que garantiriam sua independência. A argumentação de Murray procura conduzir o leitor à compreensão do próprio processo de produção de dependência produzido pela operação, nos indivíduos, de um cálculo universal. Para isso Murray utiliza-se de “experimentos de pensamento”, que são simulações de como os indivíduos reagiriam a determinados cenários de oportunidade de receitas via emprego e subsídios do governo. Um exemplo clássico é sua fábula narrativa sobre um casal, Philis e Harold (Murray, 1994: 156), que espera o primeiro filho. A simulação demonstrará seu cálculo e decisões em dois cenários: os benefícios oferecidos pelos programas estadunidenses na década de 1960 e os oferecidos na década de 1970. Sua conclusão seria que nos anos 1970 haveria uma tendência, acarretada pelo cenário, de o casal optar ter o filho sem casarem-se e sem morarem juntos, pois eles

receberiam mais subsídios, que excederiam suas rendas atingidas exclusivamente no mercado, se assim o fizessem. Os programas acarretariam, assim, a desagregação familiar, considerada um dos maiores problemas sociais entre os estadunidenses.

Nathan Glazer, por sua vez, é um dos sociólogos mais renomados dos EUA. Tendo sua atividade intelectual voltada em larga medida à análise da atual inserção dos negros na sociedade estadunidense, Glazer desdobrou o problema em vários outros temas nos quais acabou por desenvolver abordagens influentes. Exemplo disso são suas críticas ao EBES, que em algum nível foi desenvolvido para corrigir o legado histórico dos negros no país, dado que a população pobre dos EUA tem nos negros um de seus grupos mais significativos. A veia central da crítica de Glazer ao EBES tem muita similaridade à de Murray. Enquanto, por um lado, desqualifica a intervenção do Estado na sociedade a partir de uma pretensa ineficiência dos programas sociais progressistas de 1960 e 1970; por outro, procura demonstrar que para além de não realizar seus objetivos, tais programas desconstruem valores, grupos e relações sociais que eram (e deveriam continuar sendo) a base da sociedade até o começo da implementação de tais programas. Os autores se complementam. Para Glazer os programas sociais progressistas agravam a crise das comunidades tradicionais que, até então, eram os eficazes responsáveis pela manutenção dos valores que sustentam a sociedade. Lembremos que os neoconservadores operam uma análise da cultura a partir da abordagem weberiana. É a partir da tese de Weber sobre a importância fundamental da cultura protestante, mas mais precisamente do amálgama entre a cultura e as necessidades de produção econômica da sociedade, que os neoconservadores baseiam suas análises. Como a década de 1960 é fortemente marcada pela contracultura e

pelo intervencionismo, Glazer, de modo bastante representativo no grupo, irá analisar o EBES como parte de um processo de desenraizamento da cultura frente às necessidades econômicas da sociedade. Um problema que, portanto, deveria ser corrigido a partir do retorno ao modelo de vida anterior. Enfim, o discurso e a tese são praticamente os mesmos, ainda que sejam colocados com argumentos periféricos distintos (mas complementares).

Não pretendemos com este trabalho construir um panorama exaustivo do movimento neoconservador, assim como não nos interessou nessa pesquisa criticar ou testar as teses de seus autores. Ainda que consideremos que tais informações contribuiriam significativamente para o esclarecimento de nosso problema, optamos, por motivos de ordem prática, pelo foco mais delimitado. Buscamos, tendo como ponto de fuga nosso objetivo geral, sobretudo utilizar as teses neoconservadoras como uma expressão do liberalismo e do conservadorismo e, mais além, do que chamamos aqui por individualismo contemporâneo. Com essa denominação demonstramos nosso entendimento de que liberalismo e neoliberalismo, assim como conservadorismo e neoconservadorismo, são parte de um mesmo todo mais ou menos orgânico e que, pelo menos nos EUA, se constituíram no diálogo entre si. Desta síntese geral tratamos no capítulo que encerra a dissertação, de modo exploratório, com o objetivo de propor caminhos para pesquisas futuras. Para tanto sugerimos a hipótese de que neoliberalismo e neoconservadorismo – movimentos surgidos tanto na Europa quanto nos EUA em meados do século XX - são quase sinônimos, ou que ao menos tendem a ser, e procuramos apresentar alguns argumentos que nos levam a sugerir que ambos são, em boa medida, a confluência de liberalismo e conservadorismo. Propomos que a consideração da centralidade desta tensão -

entre princípios liberais clássicos, defendidos inicialmente por Adam Smith, e princípios do conservadorismo clássico, inicialmente defendidos por Edmund Burke, ambos britânicos dos séculos XVIII e XIX, respectivamente – pode ser ponto focal da contribuição de pesquisas futuras. Está no reconhecimento deste drama - cuja ação central é a tentativa de unificação orgânica dos movimentos intelectuais defensores do capitalismo, pressionados pelo avanço constante da esquerda, com suas conquistas e demandas - a elaboração chave das pesquisas que antevemos de onde paramos.

IV

Algumas considerações preliminares são úteis para que distingamos devidamente as correntes e avancemos sem imprecisões pela leitura deste trabalho. O termo “liberalismo”, assim como sua variante “liberal”, no seu sentido usado na Europa, refere-se à ortodoxia na defesa da liberdade – de propriedade, principalmente - e na limitação da interferência do Estado. Essa ressalva é válida pelo fato do termo ter um sentido quase oposto nos EUA, onde é utilizado para referir-se à posição política dita progressista, em geral relacionada ao partido Democrata, mais afinada com a defesa da intervenção do estado para a correção do que entendem ser males crônicos do capitalismo. Assim, liberais europeus e estadunidenses disputam políticas ao invés de concordarem entre si. Por essa razão será necessária uma distinção interna ao nosso texto. Trataremos por “liberalismo clássico” àquele tradicional, europeu, referente ao estado mínimo. No restante entenderemos por liberal aquilo que se entende nos EUA. Como este país é o nosso tema, entendemos ser este o modo mais econômico de contornar essa dificuldade. Algo semelhante ocorre com o termo

conservadorismo. George Nash o utiliza englobando todas os movimentos que chamamos aqui de individualistas contemporâneos. Assim, seriam tanto Hayek, tipicamente entendido como neoliberal, quanto Glazer, neoconservador, vistos como integrantes do movimento conservador estadunidense, ainda que sejam feitas distinções internas entre facções. Vê-se que Kirk utiliza uma acepção mais prosaica que conceitual para o termo conservadorismo, pois parece entender que conservador é todo aquele que tem como objetivo conservar a ordem existente, a ortodoxia liberal, ao invés de compreendê-lo como um conceito passível de precisão. Isso reforça a compreensão da sintonia de fundo entre todos eles. Mais que isso, é preciso reforçar a ausência de acordo terminológica entre os autores – comentadores ou integrantes dos movimentos. É preciso notar que o próprio processo de desenvolvimento do individualismo contemporâneo, ou deste conservadorismo, foi a história da busca pela sistematização entre os princípios de suas vertentes, o que implica numa dificuldade não só de precisão terminológica, mas de sistematização interna dos movimentos de direita. Dito de modo sumário, eles sabem que querem defender a propriedade privada, assim como têm clareza sobre alguns métodos para tanto – a luta contra o comunismo, a redução da intervenção estatal e do poder da democracia, etc -, mas não têm uma efetiva clareza sobre seu paradigma, suas bases ou postulados. Tudo isso esteve em processo durante o século XX e veio como uma resposta ao avanço da esquerda, com a revolução Russa, a guerra civil espanhola, o New Deal, o keynesianismo, os movimentos de contra cultura etc. Todas essas investidas, que ameaçavam ou foram entendidas como ameaças à propriedade privada e à ordem econômica capitalista, impulsionaram a direita a se posicionar, articular e desenvolver para além de si mesma. Assim, a imprecisão é parte integrante do processo e não depende dos analistas atuais.

Capítulo 1. Apontamentos sobre as origens e características do movimento neoconservador da Europa aos EUA

Contexto

Os neoconservadores são reagentes, reacionários no seu sentido literal. Defini-los por si mesmos não é tarefa fácil, se possível. Sua reação se deu à contracultura e às políticas sociais intervencionistas empreendidas inicialmente pelos governos Kennedy e Johnson, nos EUA da década de 1960, na política conhecido como “Great Society”. Sua crítica é direcionada à hegemonia progressista que tomou seu país tanto no campo da política governamental, quanto no campo da cultura, e às suas consequências ideológicas: “a violência, o fervor marxista, o rechaço do sistema capitalista, a liberalização das relações interpessoais (sexo, drogas e vestimenta), a crítica do estabelecimento liberal ao qual pertencem, o antiacademicismo, o terceiromundismo e o antesionismo” (Miguel, 202).

Michael Harrington segue a mesma interpretação ao dizer que “as falhas do EBES dos anos 1960 serviram de estímulo e razão para o surgimento do neoconservadorismo nos anos 1970” (Cozier, 29). Habermas defende ponto de vista análogo quando afirma que o movimento, tanto nos EUA quanto na Alemanha, surgiu como resposta às decepções frente às mudanças sociais e econômicas assistidas a partir de 1960. (Habermas, 128, 1994). De certo modo, dirá Miguel, o grupo é um híbrido:

“Por sus orígenes ideológicas, son liberales; por sus consecuencias políticas actúan como los conservadores; por sus influencias, se diría que no se diferencian mucho de los socialdemócratas, pero en cualquier caso mantienen un carácter distintivo por la etnia predominante (judíos neoyorquinos), los importantes medios de comunicación que dominan (Commentary, The Public Interest, Encounter, The Wall Street Journal, Daedalus, Harper’s) y el renombre de sus figuras más representativas: Norman Podhoretz, Irving Kristol, Nathan Glazer, Daniel Bell, Daniel P. Moynihan, Melvin J. Lasky, Seymour M. Lipset, Midge Decter, Lionel e Diana Trilling, entre una pléyade aún más amplia de verdaderos virtuosos de la palabra.” (Miguel, 1992)

Os neoconservadores se reconhecem e são reconhecidos como ex-progressistas que mudaram de posição diante do que consideraram ser excessos do progressismo. Intelectuais como Glazer e Murray são bastante claros e diretos quanto a isso. Ambos chegam a declarar suas trajetórias intelectuais e suas respectivas frustrações com suas antigas convicções. Ambos foram progressistas e trabalharam em diversos programas sociais. Dizem que com o tempo foram se dando conta de que aqueles projetos estavam provocando mais problemas do que trazendo soluções. E mais do que isso, afirmam que tinham a população dos EUA de modo geral do seu lado. Glazer defende que no período progressista houve um “consenso” liderado pelas elites intelectuais - cientistas, jornalistas e formadores de opinião de modo geral -, acerca da necessidade de políticas de bem estar, mas que teria sido substituído por um “consenso” da população comum sobre as deficiências de tais políticas. Mas não demonstra, assim como não o faz Murray, como esse “consenso” se deu,

tratando-o como algo dado e largamente conhecido. De qualquer modo a vitória de Reagan sinaliza significativamente nessa direção. Se não havia consenso no seu sentido forte, havia ao menos um movimento capaz eleger um presidente. O fato é que Glazer, e de modo semelhante Murray, se julgam pertencente a este último consenso. Com esta guinada para fora do progressismo, os neocons tenderam à direita e acabaram por tornar-se muito próximos de seus compatriotas conservadores em algumas opiniões: seu rechaço às grandes abstrações na política, sua interpretação da história estadunidense do século XX como a realização de um processo de decadência sustentado pelas inovações culturais; seu anticomunismo e ante EBES. Para os neocons, assim como para os conservadores, as inovações realizadas a partir de uma excessiva confiança na capacidade de planejamento social têm como resultado a decadência social. A importância de tais idéias está no seu alcance político. Para Miguel está nestes autores o sustentáculo ideológico do capitalismo na década de 1980.

“La izquierda marxista sabe que los pilares del sistema capitalistas asientan hoy no en los conservadores, sino en los neoconservadores, que han adoptado soluciones modernas, que han sabido neutralizar las demandas radicales de la izquierda con reformas parciales y un anticomunismo nacionalista muy vendible en América.”

(Miguel, 200)

São eles que, com argumentos de pretensão científica em favor da eficiência, têm tido mais alcance e interferência nas políticas sociais nos EUA. Mas suas idéias, ainda que possam ser agrupadas num conjunto mais ou menos homogêneo, não têm necessariamente uma

fundamentação filosófica rigorosa, diria Miguel. Mesmo assim sua especialização acadêmica lhes confere articulação intelectual e poder de convencimento.

“La profesión determina la manera de pensar. Los neoconservadores suelen ser profesores de sociología o ciencia política y, en consecuencia, su modo de razonar es el análisis. No suelen escribir alegatos o discursos, sino papers o memorandums en los que se anda la búsqueda de las “consecuencias aticipadas” de tal o cual política [...] El lector que buscan no es el círculo letrado, sino los políticos en activo. Las complejidades son su especialidad; los relativismos, su defensa [...] Su influencia se refuerza porque suelen elegir temas más populares que académicos, aunque tratados casi siempre con empaque profesoral”. (Miguel 199)

Temas

Dubiel desdobra a posição desses autores em alguns temas: as críticas da cultura, da democracia, do Estado de bem Estar Social, da nova classe dominante (a política) e do progresso. Todas essas críticas giram em torno de um mesmo centro de força. Podemos sintetizar a problemática de modo sumário dizendo que as transformações culturais, afinadas na crença frágil na noção de progresso, superestimaram a capacidade da determinação racional na gestão da sociedade, abrindo espaço para um desenfreado aumento das demandas políticas legitimadas pela democracia, cujo método ineficiente foi a criação do oneroso EBES, cujo fortalecimento, além de enfraquecer os alicerces sociais,

abriu espaço para o surgimento de uma elite política, desvinculada dos interesses de suas bases, que assumiu um controle e poder excessivos, ilegítimos e perniciosos. Muito além da síntese sumária, cada um desses itens é em si mesmo um campo de debate que, em seu conjunto, cobre um espectro demasiado amplo de questões que em absoluto são temas de interesse exclusivo dos neoconservadores. Nesta ocasião não podemos nos pretender mais que cita-los, dada a dimensão do debate.

A crítica da cultura está na base dessa problemática, e é tomada pelos neoconservadores fundamentalmente enquanto uma cisão de um pretenso amálgama eficiente entre as demandas práticas do modo de produção capitalista e os valores que mobilizam a ação dos indivíduos. A crítica da cultura é também a crítica da esquerda, de sua ideologia, e a desqualifica como um movimento que ignora as bases e a dinâmica da sociedade, localizadas por eles, de modo geral, em posicionamentos individuais. Assim, se a sociedade for guiada por essa visão “imprópria”, o resultado deverá ser uma desconstrução dos alicerces herdados, sem a construção efetiva de alicerces novos. A esquerda, para estes autores, é o lugar dos projetos irrealizáveis, de uma certa ingenuidade quanto às bases da sociedade, de um ímpeto jovial de convicção excessiva na capacidade de se transformar a realidade.

A título de exemplo, notem alguns dos debates internos aos temas citados por Dubiel. Sob o tema da crítica da cultura três tópicos principais são encontrados: a idéia da progressiva ruptura entre economia e ética no século XX, que parte da concepção Weberiana – desenvolvida em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” – da sintonia

construtiva encontrada nos países predominantemente protestantes, no século XIX, entre a moral e as demandas de atitudes produzidas no sistema capitalista; o pós-edipismo, idéia psicanalítica de que na atualidade vivemos uma condição social na qual a formação do superego – chave na constituição dos freios às pulsões sem os quais a vida em sociedade seria insustentável, como diria Freud em “O Mal Estar na Civilização” -, ao invés de ser constituído na tripla relação filho, mãe e pai, dentro do núcleo familiar, seria hoje constituído a partir de influências externas como a cultura de massa, provocando a manifestação de tendências narcísicas na população¹. Cabe notar que a constatação do pós-edipismo não é exclusiva dos neoconservadores, mas que eles a absorveram de modo singular. Por exemplo, eles não interpretam a cultura de massa como uma consequência do exacerbamento do próprio capitalismo, como o faz o historiador Christopher Lash, em “A cultura do Narcisismo”, de 1979, que parte da mesma constatação de ruptura cultural, e principalmente do pós-edipismo. Sua posição sobre o tema é reveladora de sua problemática. Para eles esta desconexão é fruto da condição economicamente favorável do pós-guerra, que possibilitou a formação de uma cultura paralela que pôde paulatinamente atacar as bases éticas que sustentam o capitalismo. Esse é o diagnóstico. A profilaxia é a questão mais cara aos neoconservadores: como fazer com que a cultura e os valores voltem

¹ Glazer participou ativamente deste debate ao escrever, juntamente com Riesman, uma obra chave da posição neoconservadora sobre a crise da cultura: “A multidão solitária”, de 1950. Nela defendem que se alterou a base de sustentação do caráter dos indivíduos em meados do século XX. Eles classificam os indivíduos como tendo, em 3 momentos históricos distintos, 3 tipos de sustentação de caráter: os direcionados pela tradição, os direcionados internamente e os externamente direcionados. O primeiro grupo seria formado em sociedades tradicionais, nas quais os papéis sociais estavam dados de antemão; o segundo é da sociedade burguesa do século XIX e primeira metade do XX, no qual a razão seria a orientadora fundamental dos indivíduos, o qual na sua opinião é a orientação ideal; e o terceiro é o nosso momento, o da decadência, no qual a orientação está dada externamente pelas formas de cultura de massa.

a se sintonizar com as necessidades do capitalismo? Acabar com o Estado de Bem Estar Social é um dos métodos. Veremos o porque logo adiante².

Já o tema relacionado à crítica da democracia abrange o conhecido debate que desloca a preocupação da até então clássica disputa “totalitarismo versus democracia liberal”, para a disputa “elitismo versus participativismo”, para a qual a produção de Schumpeter tem particular importância. Segundo Dubiel, os atuais debates sobre os problemas de participação política nas sociedades modernas estão sustentados sobre o desafio que as demandas de participação política criaram para o modelo de democracia liberal. Os neoconservadores teriam, assim, compreendido este momento de crise como consequência da própria democracia e, mais precisamente, de seu excesso. Esta é a tese da ingovernabilidade, defendida pela “Comissão Trilateral”, formada por intelectuais dos EUA, Europa e Japão, entre eles Crozier, Huntington e Watanaki. Em “A crise da Democracia”, de 1973, esta comissão baseia suas conclusões em alguns fenômenos que vão do acirramento da demanda pelo controle de órgãos e ações governamentais, assim como de protestos e comportamentos políticos “não convencionais”, à uma crise de confiança da população nessas instituições políticas. Veja que há uma simetria entre a crítica da cultura e a da democracia. Em ambos o problema está centrado na contra-cultura e suas consequências. Dentro dessa abordagem, tal exacerbamento de movimentos sociais reivindicatórios, que localizam no estado seu veículo de conquista, produz uma inoperância do sistema liberal a partir da negação de suas bases. O campo da disputa deveria ser, pois, o

² Bell, em “Las Contradicciones Culturales del Capitalismo”, desenvolve a mesma linha, mas enfoca a ruptura na produção estética dos últimos 100 anos (contado da década de 1970) de um establishment cultural ante burguês, que seria a causa central da ruptura e de seu avanço.

do mercado e não o do Estado. Enfim, a retórica é conhecida, mas elencamos esses núcleos de argumentação para demonstrar o quanto os neoconservadores estão se posicionando sobre questões que não são usualmente identificadas a este grupo, como também para apontar a sintonia deste debate com a problemática neoconservadora. Quanto a isso é interessante notar que um dos objetivos de Dubiel, em “Que es el Neoconservadurismo”, é traçar os paralelos entre o neoconservadorismo e a Teoria Crítica, de Frankfurt. Sua tese é de que o neoconservadorismo é uma resposta à teoria crítica. No que tange a questão da ingovernabilidade, Dubiel considera que esta é uma versão da tese de Offe e Habermas de “crise de legitimidade”, do começo dos anos 1970, sobre a qual afirma que

“... tanto em atitudes como na institucionalização de um conceito de democracia participativa (a crise de legitimação) causou, por um lado, um forte aumento de atividades governamentais reformistas e, por outro, uma diminuição correspondente de autoridade governamental. Ingovernabilidade seria a síntese paradoxal de uma atitude de expectativa reformista exagerada por parte do público político e do aparato estatal, que chegou a sofrer uma crise de liquidez fiscal psicologicamente dramática”.(Dubiel, 49)

A questão da igualdade também é recolocada pelos neocons de modo particularmente significativo. Dubiel demonstra que está na defesa da meritocracia uma das chaves de sua crítica ao Estado de Bem Estar Social. Os neocons procuram argumentar que o objetivo das políticas deve ser o de construir um ambiente de igualdade de oportunidades, ao invés de um ambiente de igualdade de receita. Dentro dessa lógica os acompanham conservadores

de todos os tempos e matizes que defendem a diferença como constituinte de caracteres individuais, e não sociais. Assim como Burke foi, à seu tempo, um crítico de Rousseau, para quem a desigualdade social constituía um mal que exige intervenção, os neocons são críticos às políticas que visam estabelecer um campo de igualdade de rendimentos. Para os neocons, como também para os conservadores em geral, a defesa da desigualdade é um ponto característico.

Já Michael Harrington elenca algumas idéias centrais do grupo em operação na sua crítica à ação do governo: o governo fez demais; o governo foi igualitarista demais em suas políticas; as conseqüências da intervenção governamental são, no geral, não intencionais e negativas; é preferível o não planeamento, e até o irracional, como alternativa às políticas governamentais conscientes. Há uma sintonia de fundo com os temas descritos por Dubiel. Vê-se que o planeamento é desqualificado a partir de uma crítica dos “excessos” de expectativas sobre a competência de políticas sociais, fundadas no movimento cultural contra burguês. Os excessos desqualificam a pretensão de mudança. Seria uma versão moderna do mito grego de Hybris, no qual o excesso de pretensão levaria o homem à ruína? Ou até mesmo do mito cristão de Adão e Eva? Já houve quem dissesse que Eva foi a primeira radical (no sentido estadunidense do termo). É Robert Ecclesahll que nos lembra que F.J.C. Hearnshaw fez essa analogia em seu “Conservatism in England”, de 1933. Sua analogia prossegue com a descrição de Eva: “reckless, starry eyed, easily tempted by the false promises made by the serpent”.

Apesar dessa sintonia temática, diria também Dubiel que o neoconservadorismo não é uma teoria no sentido forte, mas “um paradigma político na medida que condensa concepções culturais básicas, imagens humanas filosófico-sociais, partes de teorias científico-sociais e descrições empíricas para argumentos políticos” (Dubiel, 1993: 6). Sua origem enquanto grupo tampouco é evidente, a começar pelo título, que lhes foi imputado por adversários (no caso Michael Harrington) e com o qual têm uma relação de estranheza. Ainda que no geral se considerem liberais desiludidos (e leia-se aqui progressistas desiludidos), o fato é que o termo neoconservadorismo “pegou”. Miguel entrevistou alguns deles para sua pesquisa e recebeu diversas respostas diante da pergunta sobre como eles se auto intitulavam politicamente. Glazer se entende como um “liberal tradicional”; Lipset já se supõe “um conservador no filosófico, um liberal com respeito ao Estado e um crente em uma certa política de bem estar”; enquanto Moynihan se diz um “liberal decente”. (Miguel, 1993). Kristol buscou fazer uma síntese das convicções chave do grupo:

“1) Aceptación del principio de Estado planificador en lo social (“welfare state”), pero no de la formula concreta de las reformas sociales propuestas desde Kennedy que dieron lugar a un exceso de burocratismo e paternalismo; 2) Creencia en el principio capitalista del mercado más que en la intervención directa del Estado como productor económico; 3) Respetto por los valores tradicionales (familia, religión) y rechazo de la contracultura e el radicalismo universitarios; 4) Aceptación de valores de equidad, libertad e igualdad de oportunidades pero rechazo del igualitarismo (el que todos tengan que llegar a ser iguales); 5) “La democracia americana no puede subsistir durante mucho tiempo en un mundo que es

brutalmente hostil a los valores americanos [...] Por ello, los neoconservadores somos críticos del aislacionismo pos-Vietnam ahora tan popular en el Congreso, y algunos son reacios a la política de détente [con la URSS]”.” (Miguel 206)

Considerando está relativa sintonia – dos neoconservadores entre si -privilegiamos o foco nos seus argumentos críticos ao EBES. Mas se os tratamos somente a partir destes argumentos e sobre sua própria visão de si mesmos, somos levados a entender que são tão somente desenvolvedores de um cálculo sociológico a partir do qual interpretam dados empíricos sobre a sociedade estadunidense. É o caso de Charles Murray, em “Loosing Ground” que, como diria Schram, teve êxito na influência de políticas, e no caso na desconstrução de políticas de bem estar, porque reforçou preconceitos existentes da política cultural individualista e anti-estatista em ascensão no EUA³. Somos levados, como veremos mais adiante, a seguir as teses de seus autores e assumir que estas são interpretações objetivas da realidade social tal qual ela se apresenta no período do qual são contemporâneos. Sendo ou não objetivas, o fato é que tais observações buscam dar sustentação à teses mais amplas, nas quais são expressas posições ideológicas mais gerais (como a idéia de que a contra-cultura e os movimentos sociais em favor do aumento da ação do estado para a melhoria das condições da população, é a causa de problemas como a pobreza). Ao localizar a matriz dos problemas no descompasso cultural, Glazer sustenta a tese de que a sociedade estadunidense vive um período de decadência e que é necessário reconstituir as condições para que aquela harmonia anterior reapareça. Assim defendem a desconstrução das políticas de bem estar que, afinadas com o enfraquecimento dos valores

através da substituição das comunidades tradicionais na educação e apoio dos indivíduos, para além de serem ineficientes no solucionamento dos problemas que justificam sua implementação, corroboram o aumento desses mesmos problemas. Murray, por sua vez, afirma que os mais pobres estão perdendo terreno porque as políticas intervencionistas os educam erroneamente a conquistar sua autonomia. Os que são ajudados na corrida desaprendem ou deixam de aprender a correr sozinhos. Para ambos, quanto mais afastada estiver a cultura dos valores necessários para a produção econômica do capitalismo (lembremos Weber) mais problemas sociais serão criados e aumentados. A culpa do aumento dos problemas é da cultura progressista, da contra cultura e da nova esquerda; a solução é o retorno à harmonia primordial do liberalismo do século XIX. Isso é assim para todos os neoconservadores. Os fatos objetivos utilizados na sua argumentação são os dados estatísticos sobre investimentos em políticas sociais e sobre o aumento paralelo dos problemas sociais, no caso de Murray, por exemplo.

Esta é a essência da crítica neoconservadora. O progressista Albert Hirschman talharia para esta posição o nome de "argumento do efeito perverso". Os liberais, dizem de modo geral os neoconservadores, estão provocando exatamente o contrário do que se pretendem. Hirschman entende este argumento como uma tentativa exagerada de desqualificar os progressistas. Na história inglesa e estadunidense da disputa entre os defensores de mudanças e os conservadores, ele constatou três tipos de argumentos básicos utilizados nas disputas: um é o da nulidade, e versa a tese de que tais ou quais políticas não trazem benefício nenhum sobre a questão que buscam resolver; o outro é o da ameaça, e diz que as

³ Schram, Sanford F. Praxis for the Poor: Piven and Cloward and the Future of Social Science in Social "welfare".

novas mudanças, ainda que sejam boas, representam uma ameaça àquilo de bom que já foi conquistado. Hirschman apresenta inúmeros exemplos históricos desses argumentos. No caso do efeito perverso, o mais importante é o de Edmund Burke, usado para criticar radicalmente a Revolução Francesa e que expressa a mesma idéia básica: a pretensão exagerada da razão levará a sociedade à barbárie. O fato é que a violência pós-revolução acabou por outorgar-lhe certa credibilidade. Dos três casos, defende Hirschman, nenhum é mais agressivo e incisivo que o do efeito perverso. O da nulidade trata somente de uma questão de eficiência, e coloca o desacerto como sendo passível de correção e desenvolvimento, enquanto o da ameaçada reconhece o caráter dúbio da proposta em questão. Já o da perversidade busca desqualificar completamente o adversário, pois para além de sua proposta não trazer benefício algum, ela ainda provoca exatamente o contrário do planejado. Um desastre total.

Eles estão, dirá Dubiel, muito próximos ou indistintamente ligados aos neoliberais de mercado, como Hayek, Friedman e Mises. Mas sua fusão numa doutrina única depende ao menos de algumas especializações temáticas, que dizem respeito à problemas específicos da política estadunidense e à abordagem de temas como cultura, ainda que Hayek e Fredman os tenham tratado em alguma medida. Mas em que medida os neocons são continuadores do conservadorismo? E o que vem a ser o conservadorismo? Nisbet defende que este termo não fez parte do discurso político inglês até 1830, mas que em 1790 teve sua base lançada com a publicação de “Reflections on the Revolution in France”, do citado de Edmund Burke (Nisbet; 1986, 1). Burke é o primeiro conservador, ou pelo menos o primeiro a receber esse nome.

Origens no conservadorismo

Os primeiros conservadores, como Burke, De'Maistre, entre outros, estavam preocupados com as consequências dessas transformações e desferiram críticas severas a todos os sinais de mudança. A crítica conservadora de Burke à Revolução Francesa, para além de se tornar clássica, inaugurou o conservadorismo. Este conservadorismo estava contra os projetos iluministas e seu otimismo no cálculo racional como alicerce de uma nova ordem, e via tal base social mais segura e sábia se estivesse alicerçada sobre a tradição (família, ética cristã, monarquia, etc) e sobre mudanças que não a contradissem radicalmente. Enfim, o conservadorismo original de Burke estava reagindo à nova ordem social que surgia e se materializava de modo abrupto na França, mas também à uma onda ideológica cuja confiança se pretendia sustentar na pura racionalidade e na liberdade de recompor a ordem das coisas. Ainda que o desfecho da revolução Francesa tenha legado alguma razão à Burke, o espírito republicano manteve sua ascensão como força central da ideologia política. Só mais tarde, no século XX, o termo conservadorismo reapareceria como bandeira de um movimento com dimensões significativas. Segundo Nash, não havia um movimento conservador organizado nos EUA, até o pós-guerra.

“In 1945 no articulate, coordinated, self-consciously conservative intellectual force existed in the United States. There where, at most, scattered voices of protest, profoundly pessimistic about the future of their country. Gradually during the first postwar decade these voices multiplied, acquired an audience, and began to generate

an intellectual movement. (...) First, there were “classical liberals” or “libertarians”, resisting the threat of the ever expanding State to liberty, private enterprises, and individualism. Convinced that America was rapidly drifting toward statism (socialism), these intellectuals offered an alternative that achieved some scholarly and popular influence by the mid-1950s. Concurrently and independently, a second school of thought was emerging: the “new conservatism” or “traditionalism” of such man as Richard Weaver, Peter Viereck, George Nash, and Robert Nisbet. Shocked by totalitarianism, total war, and the development of secular, rootless, mass society during the 1930s and 1940, the “new conservatives” urged a return to traditional religious and ethical absolutes and a rejection of “relativism” which had allegedly corroded Western values and produced an intolerable vacuum that filled by demonic ideologies. Third, there appeared a militant, evangelistic anti-communism, shaped decisively by number of influential ex-radicals of 1930s, including Whitaker Chambers, James Burnham, Frank Meyer, and any more. These former men of the left brought to the postwar Right a profound conviction that the West was engaged in a titanic struggle with an implacable adversary – Communism – which sought nothing less conquest of the world.” (Nash, xvi)

Assim vemos como o conservadorismo ecoaria nos EUA, um século mais tarde, com motivações diversas mas, como veremos, análogas. Nash apresenta os grupos centrais do movimento conservador estadunidense do pós-guerra dividindo-os em 3 orientações. Entre os integrantes do primeiro grupo estão Hayek, Freedman e Mises, os libertaristas. Apesar de europeus, todos deram aulas nos EUA e tiveram profunda influência no debate

intelectual daquele país. Este é o grupo que defenderá o individualismo pelo viés da economia de mercado e das vantagens da livre iniciativa. O segundo grupo defenderá o individualismo pelo viés da defesa do que chamam “valores ocidentais e cristãos”, como tradição, autoridade, liberdade e propriedade, que seriam os organicistas, tradicionalistas ou novos conservadores. Nash coloca os anticomunistas num terceiro grupo, como independentes por causa de sua importância histórica no período do macarthismo e da caça às bruxas das luta interna contra influências comunistas. Mas este grupo pode ser diluído nos dois anteriores, dado que todos estão concordantes quanto à crítica ao comunismo. Além disso, está no par “dry conservatism” e “wet conservatism”, ou nas divergências e sintonias dos libertaristas e tradicionalistas, os encontros e desencontros que motivaram o desenvolvimento do movimento conservador até nossos dias. Nash nos conta que as duas correntes principais buscaram se afinar desde o surgimento do movimento conservador, mas essa sintonia custaria a aparecer, se é que se pode dizer que chegou a se efetivar, apesar de sua afinidade de metas e propostas políticas críticas ao aumento do estado e ao comunismo. Não seria o neoconservadorismo um movimento que realizou tal união? Não seria sua dupla afinidade com comunidades e religião, por um lado, e com a lógica de mercado e a livre iniciativa, por outro, um sinal dessa união? Se o for, o neoconservadorismo seria o resultado do esforço travado entre os conservadores durante toda a segunda metade do século XX.

Nash conta que foi a publicação em 1945 de “O Caminho para a Servidão”, de Hayek, que despertou entusiasmo e percepção de que um movimento contrário às tendências políticas “estatizantes” era possível. Por essa razão diz que em primeiro lugar vieram os libertaristas.

Foram eles que recolocaram o individualismo como um tema e uma demanda que pudesse voltar a ser levada a sério. Na sua esteira articularam-se os tradicionalistas, no geral estadunidenses, afinados com tradição conservadora européia, entre os quais Burke é até hoje a maior referência. Entre seus principais expoentes estão Willian Buckley, Willmoore Kendal, e mais recentemente Russell Kirk e Robert Nisbet. O “Caminho...” mobilizou os intelectuais e a partir de então foram realizados encontros, publicadas revistas e outros livros que culminariam no surgimento e fortalecimento de um novo movimento conservador.

Mas Nash, como dissemos, demonstra que tal movimento, ainda que tivesse fortes afinidades, como o anticomunismo e o anti-estatismo, tinha divergências internas que impuseram dificuldades a essa união num único movimento coerente. Esta tentativa de unificação se realizou na busca das raízes e bases do conservadorismo. Mas até os dias de hoje essa união nunca chegou a se efetivar sem fissuras. Os “libertaristas” é que tinham mais dificuldade de se encontrar entre os tradicionalistas (os religiosos), como também nem sempre os interesses destes últimos implicavam na liberdade de mercado. Sigler, outro conservador estadunidense, compôs, em “A tradição Conservadora no Pensamento Norte-Americano”, de 1933, uma seleção de trechos de obras cujo objetivo foi comprovar que existia uma tradição conservadora nos Estados Unidos já no século passado, obra que é em si mesma uma expressão da necessidade de unidade e alicerce do novo conservadorismo. Acompanhando cronologicamente tais textos, percebe-se que inicialmente este pretenso conservadorismo estadunidense também era monarquista, logo a favor da permanência da condição de colônia. Mas estes são poucos. Em sua época tais conservadores disputavam

com republicanos influenciados por Locke, que viria a ser, segundo Sigler, a influência central desta tradição do novo conservadorismo estadunidense. Está aqui uma expressão dessa busca de união, cuja característica mais marcante é a defesa de uma base essencial comum, numa tentativa de unir princípios diversos.

Nisbet, um sociólogo autodefinido como conservador, buscou fazer uma síntese das convicções conservadoras, e enumera seus temas chave: história e tradição, preconceito e razão, autoridade e poder, liberdade e igualdade, propriedade e vida, religião e moral. Diz que os conservadores têm algumas convicções por detrás de suas posições políticas. Não é nosso objetivo tratar desse tema aqui, mas cabe salientar que o elemento essencial dos conservadores é a desconfiança frente à pretensão humana de realizar transformações de grande vulto baseados na razão em detrimento da experiência social solidificada nas tradições. E foi uma preocupação dos conservadores, como o demonstrou Nash, construir uma doutrina com princípios claros. Logo, o movimento havia recomeçado, no EUA, sobre demandas políticas claras contra a estatização, mas sem uma articulação de princípios que satisfizesse seus integrantes. Foi então que Burke foi redescoberto pelos estadunidenses, que ansiavam por estruturação intelectual de seu movimento. Suas críticas à Revolução Francesa ficaram para a história tanto pela precisão de suas previsões (acerca da irracionalidade da bárbara disputa de poder entre os vitoriosos revolucionários), quanto pelo modo que as defendeu (com o elogio da tradição e o repúdio dos grandes planos intelectuais de transformação do mundo). Sua defesa da tradição foi muito bem aceita pelos conservadores dos EUA e viria a se constituir como sua principal base. Até os dias de hoje

o par “dry conservatism” e “wet conservatism” vive os mesmos encontros e desencontros que motivaram o desenvolvimento do movimento conservador até nossos dias.

Aquilo que para os progressistas representa o “progresso”, para Burke e seus colegas conservadores representa decadência conseqüente de um excesso de confiança na razão e no princípio de individualização da ordem social. Este é o ponto. Os neoconservadores operam um raciocínio afim. Entendem, assim como os novos conservadores, que os excessos de confiança na razão nos levam à ruína, a efeitos contrários ao bem que se buscou. Assim como os novos conservadores libertaristas (como Hayek) confiam nas vantagens da lógica do mercado, e os tradicionalistas confiam nas pequenas comunidades como a base para a proteção dos desafortunados, bem como a base para uma pedagogia cultural. Todos estão afinados com o primeiro conservadorismo de Burke. Ambos vêem decadência quando mudanças radicais são propostas a partir de grandes abstrações ou grandes intervenções racionais e macro processos sociais. Mas enquanto um defendia uma ordem aristocrática, via tradição, estes defendem uma meritocracia de mercado. A decadência referida pelos neoconservadores não é aquela de Burke, que se refere à decadência da ordem medieval para a ordem burguesa, do individualismo; mas uma posterior, relacionada à harmonia entre valores e necessidades produtivas da sociedade, tal qual encontrada no século XIX até o intervencionismo do século XX. O que a revolução Francesa representou para Burke, o keynesianismo, as políticas bem estar social, a nova esquerda estadunidense e o movimento de contra-cultura representaram para os neoconservadores. Assim como Burke via o desenrolar da história em direção ao liberalismo como sendo uma conseqüência das idéias infundadas dos iluministas e

discípulos de Rousseau; os neocons viram nos excessos das idéias infundadas dos progressistas e radicais, a razão para uma decadência que viria a se manifestar no aumento dos problemas sociais que inspiraram tais políticas. É porque os valores da sociedade se desvencilharam daquele amálgama positivo, defendido na célebre tese de Weber, que os problemas sociais aumentaram. As políticas sociais do EBES, que estão harmonizadas a estes valores, produzem mais e mais este desvencilhamento negativo, e por isso produzem o aumento dos problemas que esta ruptura viria acarretando. Nos próximos capítulos buscaremos demonstrar como tais argumentos operam nos textos dos neoconservadores.

Capítulo 2. O Estado Perverso

Charles Murray e as consequências do cálculo universal

O livro “Loosing Ground: American Social Policy, 1950-1980”, de Charles Murray, é certamente um dos livros mais significativos do debate estadunidense sobre o EBES. Duas razões asseguram essa posição, a primeira de ordem quantitativa e a segunda qualitativa. Este é um dos livros mais citado na bibliografia sobre o tema. Isso se explica primeiramente pelas características intrínsecas da argumentação, no que diz respeito a sua clareza, objetividade e coerência com teses já colocadas no debate dentro e fora da academia. Ainda que suas teses sejam herdeiras da tradição ideológica dos “Pais Fundadores” dos EUA, característica que Murray assume no prefácio da edição comemorativa de 10 anos de publicação, e que por isso não seja exatamente inovador em seus pressupostos e posições, sua importância para nossa pesquisa torna-se ainda maior, justamente por sua capacidade de síntese do que parece ser o “espírito da época” quanto às opiniões em voga entre os críticos dos programas sociais. Se analisarmos a obra de Nathan Glazer, por exemplo, cuja presença na literatura é razoável embora menor, observaremos que sua crítica, ainda que em fina sintonia com as idéias defendidas em “Loosing Ground”, não chega a expressar tão diretamente, e conseqüentemente a argumentar com precisão, suas teses centrais. Mas a sintonia é notória.

O ponto de partida de ambos autores selecionados é claro e taxativo: as políticas sociais falharam em seus objetivos. Os problemas sociais que pretendiam solucionar, dizem estes críticos, aumentaram ao invés de diminuir. Murray compôs sua argumentação primeiramente sustentando essa afirmação. Metade de seu livro é dedicado a essa defesa, baseando-se em dados coletados por pesquisas anteriores realizadas pelo governo e reportados nas bases “Statistical Abstract of the United States”, ou “Employment and Training Report of the President”, para dados gerais sobre a população, ou ainda em bases de dados do FBI, para dados sobre criminalidade. Mas outras foram ainda utilizadas para dar conta dos 30 anos entre 1950 e 1980. Um aspecto importante de sua pesquisa é que não havia informações com o enfoque diretamente interessante, que seria o acompanhamento da realidade da pobreza nos EUA. Mas havia dados comparando a condição dos negros, brancos e outras etnias (asiáticos, hispânicos, etc.). Ele utilizou esses dados para analisar a situação da pobreza no país assumindo o risco de considerar os negros como referência da pobreza, por entender que no geral esta é uma amostra confiável.

O segundo ponto de partida é a negação que estes programas operam o que chama de idéias americanas tradicionais, tais como: governo enxuto, pessoas livres levando suas próprias vidas e comunidades resolvendo seus próprios problemas (Murray, 1993: xx). O movimento progressista se afasta da ortodoxia destas idéias e consegue efetivamente, a partir do governo Kennedy, superá-las nas duas décadas de seu apogeu. A este período de preponderância progressista Murray chamará de “Reino das Elites (intelectuais)”, em contraposição ao “Reino Popular”, consenso conservador crítico aos programas sociais amplamente disseminados pela população, segundo o autor. Murray afirma que no final dos

anos 1970, depois de intensa disputa entre essas posições, as premissas do “Reino Popular” foram se confirmando na prática e tomando preponderância no debate. Tais premissas são:

- “As pessoas respondem a incentivos e desincentivos”;
- “As pessoas não são inerentemente trabalhadoras e morais. Na ausência de coações, as pessoas vão rejeitar o trabalho e ser amorais”;
- “As pessoas precisam ser mantidas responsáveis por suas ações. Se elas são responsáveis em um sentido filosófico ou bioquímico não é suficiente como alicerce de funcionamento da sociedade”.(Murray, 1993: 156)

Duas teses sintetizam os argumentos fundamentais de Murray. A primeira diz respeito ao que ele chama de mudanças ambientais provocadas pelos programas que acarretariam transformações nas repostas comportamentais e nos valores dos indivíduos. Já a segunda refere-se ao que ele chama de transferências injustas. Sua tese comportamental opera a primeira premissa citada acima, sobre incentivos e desincentivos. É nela que ele desenvolveu seus argumentos baseados na escolha racional e na mudança dos valores dos indivíduos a partir da mudança do ambiente. Aqui reside a inovação e peculiaridade de Murray. Ele utiliza a teoria da escolha racional para argumentar em favor de concepções conservadoras das quais ele é herdeiro. Ainda que esta condição de herdeiro seja comum aos autores que tratamos aqui, é Murray que irá levar a tese do efeito perverso a sua condição mais “científica”. É ele quem operará com mais eficiência a alquimia da transmutação de valores em dados científicos. Na segunda tese ele faz uma crítica à própria ação da sociedade de transferir benefícios de cidadãos a cidadãos; de ricos para pobres; de empregados para desempregados. A transferência se torna um problema para Murray

quando é feita de pobres a pobres, de modo a criar desincentivos ou limitar as oportunidades uns dos outros. Esta tese é secundária em sua argumentação, mas seu teor está por ela disseminado. Enquanto na primeira ele confronta benefícios e prejuízos para os mesmos beneficiários; na segunda ele confronta benefícios e prejuízos contraditórios entre beneficiários e beneficiadores. A primeira versa sobre a idéia de eficiência e seu argumento é de ordem científica - ou pretende ser. Já a segunda versa sobre a idéia de justiça e seu argumento é de ordem moral. Demonstraremos a seguir as duas teses de “Loosing Ground”.

Tese 1: Mudanças ambientais acarretam mudanças comportamentais

Neste ponto encontra-se a tese central de Murray, na qual ele desenvolve sua argumentação mais trabalhada. Com esta tese ele explica que as tendências de aumento dos problemas sociais, cujos números ele havia apresentado no início de sua argumentação, podem ser respostas racionais a mudanças nas regras do jogo de sobrevivência e prosperidade. E alerta para o fato de que ele não vai argumentar que tais respostas foram certas, mas somente que foram “racionais”. Além disso, explica que em sua proposição inicial, pobres e não pobres usam o mesmo cálculo geral para chegar a decisões, e que só as exigências são diferentes; e que, assim, os pobres jogam com menos fichas e não podem esperar por resultados de longo prazo. Para Murray, essa diferença não foi captada pelos reformadores da década de 1960. E este é o ponto. Ele entende que as tendências negativas analisadas são respostas das pessoas em seu cálculo para resolver suas questões, diante de um ambiente transformado pelas políticas sociais. É isso que ele vai procurar demonstrar. E responde

antecipadamente que, mesmo que antropólogos encontrem outros nexos de respostas para tais comportamentos, estes ainda não seriam suficientes. Pois não deixariam de fazer sentido tais cálculos. Para demonstrá-los, Murray desenvolve algumas simulações. A mais trabalhada no livro é de um casal fictício, Harold and Phillis, na qual o autor buscou sugerir como eles se colocam diante das questões sobre ter filhos e empregos em duas conjunturas diferentes: as décadas de 1960 e 70. As personagens, descreve, não têm nada de particular a não ser que são pobres, estudaram numa escola qualquer dos EUA, não têm vocações específicas e não estão motivadas para a faculdade. Serão ignoradas tanto as turbulências sociais do período quanto se são negras, brancas, etc.

“We simply shall ask: given the extent system of rewards and punishments, what course of action make sense?” (Murray, 1993: 157)

Murray sugere oportunidades e limites que o casal tem diante de si com relação a trabalho e geração de filhos, e seus cálculos da relação de custo e benefício quanto às oportunidades de emprego e os benefícios oferecidos pelo governo nos programas sociais. Para demonstrar tal cálculo ele apresenta os valores das oportunidades e faz um quadro da teoria dos jogos, dentro do qual calcula as diversas oportunidades de receita somando-se salários e benefícios. No Quadro 1 vê-se que em 60 não fazia diferença criar o filho vivendo juntos ou separados. Já em 70, com o aumento do aporte na AFDC⁴ e a obrigatoriedade de não haver um homem na casa para que o recurso pudesse ser recebido, ficou mais vantajoso financeiramente criar o filho não morando juntos.

Com isso Murray procura demonstrar que há uma lógica econômica na qual o cálculo aponta para a vantagem na tomada de decisões que levam para a realização das tendências de crescimento dos problemas sociais.

Quadro 1

Tabela		1960		1970	
		Unmarried	Married	Unmarried	Married
Harold	Yes	111	111	270	136
Employed?	No	0	0	134	134

Esta simulação foi elaborada refletindo as maiores mudanças na administração da AFDC, surgidas em 1960: em 1961, Lei Federal permite pagamento para famílias com pai desempregado; em 1966, foram proibidas visitas anunciadas para averiguação de ilegitimidade; em 1967, foi lançado o “Third-and-a-third”⁵, a mais importante das mudanças. Ele escolheu as décadas de 1960 e 1970 para fazer comparação porque as mudanças mais significativas ocorreram em 1960. Murray argumenta que as mudanças mais importantes resultaram em aumentos expressivos de famílias apoiadas e pergunta: “But why did the attitudes change? And to what good end?” (Murray, 1993: 166)

⁴ *Aid to Families with Dependent Children*

⁵ É basicamente a liberação da acumulação de benefícios de diferentes origens. Representa um constante movimento em direção a melhorias e facilidades para os beneficiários.

Mas mudanças ambientais geram também mudanças de valores. O interesse pela educação e a recusa do crime pelos desfavorecidos forma instancias também afetadas por tais mudanças. Embora aqui a relação seja menos clara e íntima, também existe, defende Murray. A tese é que o ambiente no qual os jovens cresceram mudou em modos “several mutually consisting and enteracting”. As mudanças no “welfare state”, nos riscos ligados ao crime e no ambiente educacional, fortaleceram uns aos outros. Juntos eles provocaram conseqüências no comportamento dos jovens. Não se trata só de cálculo, mas também de que mudanças nos incentivos não somente interagem para produzir uma racionalidade de curto prazo, mas interagem para mudar a natureza das satisfações e recompensas.

Murray entende que status e dinheiro são “the most influential rewards that society uses to manage behavior” (Murray, 1993: 178). O status atua como prêmio e como motivador de ações de benefício público. Explicada a importância do status, ele vai declarar duas proposições que serão argumentadas no capítulo: 1. “status was with drawn from the low-income, independent working family, with disastrous consequences for the quality of life of such working family”; 2. Status was with drawn from the behaviors that engender escape from poverty”. (Murray, 1993: 178)

Sua análise voltará a ser dirigida aos negros porque vai mostrar que as ações dos brancos em sua culpa pela condição negra não introjetou seus valores neles, mas desconstruiu seus próprios valores. Parte da mudança foi acidental. Parte deliberada. Durante a “Great Society” os pobres passam a ser considerados culpados por sua situação, enquanto antes o consenso entendia que cada um deve ser responsável por si e sua família. Logo, a “Great

Society” representou mudanças de valores, mas só para os pobres. Eles passaram a ser tratados como vítimas. Foram homogeneizados. Para o restante da sociedade, as idéias anteriores se mantiveram. Antes da “Great Society”, os pobres tinham os mesmos valores que os outros quanto ao “welfare state”. Consideravam que ser ajudados era uma vergonha.

Murray conta que foi necessário um processo de ruptura com tal estigma e conta que os jovens entraram no dilema (ou poderiam entrar) de ouvir os pais, ou ouvir as pessoas que os pais os haviam ensinado a respeitar (advogados, médicos, educadores etc.). Acabar com o estigma sobre o “welfare state” foi uma meta deliberada. Como consequência, diminuiu-se a idéia de que as pessoas são responsáveis por sua condição.

“Because the system is to blame, all people are equally deserving of being given a hand. No one could disqualify himself on moral grounds from eligibility for public assistance – whether or not was read to help himself”. (Murray, 1993: 182)

Como resultado desse processo, nos anos 1960 algumas mudanças foram tais que, nos anos 1970, o mundo já era outro, afirma Murray. No caso do crime, isso ocorreu fundamentalmente na diferenciação do pobre frente à lei, que fez com que os riscos dele ser punido diminuíssem. Na educação, a imposição e rigor diminuíram e os alunos permaneceram mais livres para não estudarem, se o quisessem. Este é o tom. Naquele cálculo de curto prazo, qualquer um que estivesse nessa situação estaria menos propenso a se reprimir de seu interesse no crime, pois havia menos risco; assim como qualquer um que tivesse algo mais interessante a fazer que estudar, assim o faria. As condições ambientais

apresentam uma conjuntura de fatores as quais os indivíduos responderam com seu cálculo.

Estes dois casos, para Murray, confirmam as tendências e a tese de que o progressismo foi infeliz em suas tentativas de melhorar as condições dos pobres.

Tese 2: Transferências de pobres para pobres são injustas

Murray defende que a injustiça da política social está na sua característica de tirar as oportunidades dos pobres com maior potencial (mais aptos, alguém ousaria) em benefício dos de menor potencial. Esta é a essência de sua crítica. Ele dá o exemplo da escola onde o mau aluno é mantido em classe atrapalhando a aula e diminuindo a qualidade do curso. Este é um exemplo bem fictício, ele diz, mas que ilustra bem sua idéia. O mau aluno, aqui, por ser considerado uma vítima, é protegido e mantido em classe.

Outros exemplos são os programas de treinamento que são nivelados por baixo. Ele não chega a dizê-lo aqui, mas faria sentido com todo seu livro a idéia de que às custas dos pobres de menor potencial, aqueles de maior potencial são prejudicados com a perda de qualidade da oportunidade e, o que é mais importante para o autor, de seus valores positivos quanto à busca de independência e sucesso. As perdas, para Murray, não são somente financeiras, mas de oportunidade.

Murray passa sem aprofundamento por esta tese, embora ela permaneça presente enquanto pressuposto na argumentação. Em pesquisas futuras convém a busca das bases dessa tese em outras obras do autor e na bibliografia sobre o pensamento conservador estadunidense. Não o fizemos por enquanto pelo fato destas obras não estarem disponíveis na biblioteca a que tivemos acesso.

A conclusão: O retorno às políticas raciais, educacionais e de EBES anteriores à década de 1960

Murray diz que a fonte do problema é a colisão, após 1965, de dois princípios que coabitavam pacificamente antes. São eles: o “equal treatment” e o “fair shake”. O primeiro diz respeito a regras do jogo iguais para todos, enquanto o segundo a uma razoável igualdade de chance de ser feliz.

Com as mudanças nas políticas sociais, o reinado da elite conseguiu agravar as condições dos negros ao oficializar na forma de lei sua diferenciação. Como foi dito até aqui, esse tratamento vai, na verdade, contra os interesses dos negros e rompe com os princípios básicos dos EUA, expostos acima. Não há mais igualdade entre negros e brancos. Por isso diz:

“Something about it is fundamentally unfair – un-American – no matter how admirable the ultimate goal”. (Murray, 1993: 221)

Sua proposta é mudar todos os itens da constituição e das políticas que implicam em tratamentos diferentes entre brancos e negros.

Quanto à educação, o maior problema que ele quer resolver é aquilo que podemos chamar de “nivelamento por baixo”. Quando os jovens sem recursos são empurrados para escolas e

as regras são mudadas para mantê-los nelas, a educação cai de nível. Aqueles que poderiam aproveitar bem a boa educação perdem com isso. Murray acha isso injusto e quer encontrar uma solução. Sua primeira proposta é manter a escola subsidiada pelo governo. Mas não explica porque. Só diz:

“By making the system entirely free, we are not making more educational newly accessible to large number of people, nor have we done anything about the quality of education.” (Murray, 1993: 223)

Quanto ao EBES - o objetivo das políticas do “welfare state” é ajudar as pessoas a ter uma vida a partir de recursos viáveis. Mas isso não aconteceu como ele buscou demonstrar. Por essa razão, ele propõe acabar com todos os programas do “welfare state”. Diz ainda que aqueles que não estão de acordo em pagar por tais programas ficarão satisfeitos. Já aqueles que estão preocupados com a condição dos beneficiários não concordarão facilmente. A estes Murray argumenta que estas mudanças serão benéficas para todos, inclusive para os necessitados. Para demonstrá-lo ele mostrará como uma hipotética sociedade sem “welfare state” seria. Para isso ele divide a sociedade em 4 grupos frente sua relação ao “welfare state”:

Uma grande maioria não seria afetada, pois não usa o “welfare state”;

Outra porção seria pouco afetada, pois usa pouco o “welfare state”;

No terceiro grupo chegamos aos que usam bastante os programas. Mas este, com o fim do “welfare state”, tem alternativas de apoio, como parentes e amigos, ou simplesmente

pela mudança de postura. Em qualquer destes casos a conjuntura seria tal que empurraria tal grupo à independência, o que seria positivo, ou o objetivo final de qualquer política. Murray argumenta aqui em favor daqueles que não se utilizam do “welfare state” por razão de valor, mesmo estando em condições iguais aos que utilizam: os pais que optam por assumir os filhos e são chamados de tolos; as mães solteiras que trabalham o dia todo por pouca diferença de receita; ou os pais que buscam educar os filhos com valores de independência e são contraditos pela realidade instaurada pelo “welfare state”. Com as mudanças (fim do “welfare state”) eles deixam de ser os tolos para serem os exemplos. Sua ação deixa de ser uma opção para ser lógica.

“When it becomes highly dysfunctional for a person to be dependent, status will accure to be independent, and in fairly short order. Noneconomic rewards will once again reinforce the economic rewards of being a good parent and provider.”

(Murray, 1993: 227)

Há, entretanto, um quarto grupo que precisa e não consegue ajuda de modo algum. Como se lida com este? Murray mantém os serviços de “welfare state” locais, extinguindo somente os federais. Ele aposta que parte dos recursos que deixarão de ser gastos para programas federais poderão ser gastos em programas locais. Mas é provável que alguns ainda estejam completamente desamparados (“fall between the cracks”). Parte deles pode ser atendida por um programa federal de seguro desemprego, que sozinho, não representará grande mal.

E os que sobram? Aí chegamos ao “hard core of welfare dependents” (Murray, 1993: 227). Mas enfim, qual o tamanho deste grupo? Murray decide especular sobre os indivíduos que fazem parte deste grupo e em que condições vivem. Ele sugere que só podem estar em duas categorias: aqueles que estão no topo da lista dos que as localidades pretenderão ajudar, ou aqueles para os quais não é realmente necessária ou desejável a ajuda. Ele ilustra sua hipótese com o caso da mãe solteira. Por um lado, ela é menina dos olhos do “welfare state”. Todos concordam em ajudá-la. Mas, por outro, Murray pergunta porque ela deveria ser apoiada pelo estado para passar o dia todo em casa cuidando do filho, se o resto da população está optando por não fazê-lo em função de sua opção pelo trabalho. Por que só ela poderia fazê-lo?

“Why should the mother be exempted by the system from pressures that must affect everyone else’s decision to work?” (Murray, 1993: 227)

Ele finaliza o item perguntando por que, se os resultados do “welfare state” foram traiçoeiros no nível federal, não o seriam no nível local. E por que se permitiria ao município administrar programas se seus resultados tendem a ser tão ruins. Ele argumenta com a liberdade das localidades fazerem o que quiserem para quem quiserem e a qualidade pela proximidade ao problema. E pergunta se, caso o leitor soubesse que iria deixar seu filho órfão, em que lugar ele optaria por deixá-lo. Seria num lugar em que ele estaria bem assessorado materialmente, mas seria habituado à dependência, ou num ambiente que valorize sua independência?

“Billions for equal opportunity, not one cent for equal outcome – such is the slogan to inscribe on the banners of whatever cause my proposals constitute.” (Murray, 1993: 233)

Ele conclui dizendo que as pessoas são diferentes e tem merecimentos diferentes quanto ao que a sociedade lhes dá; que todos são desigualmente responsáveis pelo que o passado os relegou, mas que todos são igualmente repensáveis pelo que farão dali em diante; que as pessoas têm o direito de optar pelo que desejam para suas vidas e a sociedade tem o direito de abandoná-las; que nesta sociedade hipotética as portas estarão sempre abertas para novas tentativas; que o fracasso não será punido, mas também não será premiado; e termina defendendo que os EUA estão aptos a ajudar quem quer se ajudar.

“American government, in its recent social policy, has been ineffectual in trying to stage-marriage the poor decision to invest, and it has been unintentionally punitive toward those who would make the decisions on their own. It is time to get out of their way.” (Murray, 1993: 236)

Nathan Glazer e os limites das políticas sociais

Assim como no caso de Murray, para a uma consideração preliminar de Glazer utilizaremos sua obra mais significativa sobre o debate a respeito do EBES. Trata-se de “The Limits of Social Policy”, lançado em 1988, durante o segundo mandato de Reagan. Como as mudanças conservadoras já haviam sido em larga medida implementadas, o tom do livro é de defesa de tais políticas. Glazer busca demonstrar a falibilidade das políticas e da ideologia da “Great Society” e ao mesmo tempo a tendência da sociedade estadunidense de “re-conhecer” no individualismo ortodoxo o princípio mais eficiente de organização social. O autor percorre a história do EBES de seu país, tal qual Murray, buscando sintetizar seu processo. Quando passa pelo apogeu do intervencionismo, trata-o de modo análogo a Murray, ressaltando sua ineficiência e perversidade. Já quando passa pelo governo Reagan, busca diluir a impressão de desmanche do EBES com uma argumentação que caminha na tentativa de demonstrar que tais mudanças não foram tão intensas e gerais quanto a oposição progressista defende. Seu fio condutor é um processo histórico no qual a hegemonia progressista tem lugar passageiro. O autor também reconhece na ideologia dos pais fundadores a fonte dos princípios mais justos e eficientes de organização social e coloca a contra ofensiva conservadora como uma reação da ordem, diríamos nós, frente à perda de referenciais tradicionais, ou ainda, como um espírito aventureiro do momento. A história recente nos mostra que, efetivamente, a reação conservadora foi além das obras desses autores e da articulação política das elites desse país. Essa ideologia tomou alguma força no ideário popular, como comprovam os resultados eleitorais dos dois mandatos de

Reagan e de seu sucessor, George Bush. É como se Glazer defendesse que esse processo não é resultado de uma disputa dinâmica e imprevisível, mas o retorno a uma sintonia primordial. Assim, seu livro tem o fluxo dos fatos como as águas sobre as quais o processo se deu, e a defesa de uma tendência unívoca, como o vento que motiva o movimento. O efeito perverso não é uma criação desses autores, parece antes um consenso difundido na sociedade estadunidense. Tese que ambos defendem e que não vêem inicialmente razão para questionar. Com esta consideração, Glazer tem diante de si um panorama no qual este caráter radicalmente falho do EBES já é pressentido por uma parcela mais do que significativa da população estadunidense, como um fato.

Ambos os autores defendem que suas teses foram formadas em proximidade aos executores das políticas e de que tais efeitos perversos sobre os beneficiários dos programas já eram amplamente reconhecidos pela sociedade, mas para Glazer, diferentemente do que ocorre em Murray, o efeito perverso não é focado centralmente na mudança de comportamento individual que promove, mas na aceleração do processo de desconstrução do papel que têm a família, as comunidades e as igrejas, enquanto organizadores e centralizadores da iniciativa e gestão da vida social. Nesse sentido, a argumentação de Glazer é menos fina em seu mergulho nas causas que entende ser problemáticas, ainda que não padeça de falta de organização. Ao mesmo tempo em que não mergulha nas causas e nas justificações precisas de suas teses, e talvez por essa razão, o autor sustenta o (e se sustenta no) reconhecimento público de que o caminho conservador é mais eficiente e justo. As teses de Murray e Glazer não são contraditórias, mas complementares. Ambos defendem a auto suficiência da sociedade civil, mas cada um com um foco. Seleccionamos deste texto de Glazer duas teses

que julgamos serem centrais e expressivas de sua visão do planejamento como perverso. Na primeira vemos que Glazer opera o que Hirschman chamou de “argumento da nulidade”, dado que afirma essencialmente que as políticas sociais têm limites que impedem que a pretensão progressista se realize; já a segunda expressa a lógica do efeito perverso pois, dado que as políticas têm limites e não podem realizar os objetivos que as justificam, resta como resíduo direto o desmanche das comunidades tradicionais que, até a avalanche progressista começar, eram as guardiãs de uma cultura eficiente na produção de uma sociedade sem pobreza, desagregação familiar, etc. Daí seu objetivo central ser reconstruir aquelas condições anteriores ao progressismo, objetivo comum a todos os neoconservadores. Vamos às teses.

Tese 1: As políticas sociais têm limites

“We’ve believed in those years, despite the Vietnam war, that our rich country had booth the material resources and the intelligence to eliminate poverty, eradicated slums, overcome the differences between the educational achievement and health of the rich and poor. Social scientists – economists, sociologists, political scientists, anthropologists – were pulled into the design and administration of new government programs aiming at these results.”(1) (Glazer, 1990: 1)

Esse era o plano que dominava o pensamento dos americanos durante anos. Mas Glazer afirma ter desconfiado logo. O exemplo dos resultados de tais políticas no estado de Nova

York, e mais intensamente na cidade de Nova York, era sinal claro de que não ocorreria o que se estava esperando. A argumentação de Glazer está repleta de análises de outros autores que atestam a ineficiência dos programas. Não aprofundaremos nestes argumentos por uma questão de foco, dado que não é nosso objetivo comprovar ou contestar se os programas foram ineficientes ou não, mas explorar os argumentos com os quais os autores chegam à conclusões que não são justificadas pelos fatos, ainda que tais fatos fossem tais quais apresentados por eles. Ainda assim cabe dizer que 5 elementos são chave na argumentação de Glazer sobre os limites das políticas sociais:

- A produção de expectativas excessivas como um elemento novo da política;
- A revolução da igualdade como uma tendência de aumento das demandas sociais;
- aumento progressivo dos custos para o atendimento de tais demandas;
- reconhecimento depois da experiência de que se sabe menos sobre políticas sociais do que se pensava;
- A desconfiança na competência dos profissionais disponíveis para a execução de políticas sociais.

No período progressista buscou-se, diz Glazer, levar às últimas conseqüências algumas convicções infundadas. Um exemplo importante na sua argumentação é o caso dos programas de educação e treinamento para o trabalho. Muitos destes programas partiram da convicção de que o nível de educação reverteria a pobreza e o desemprego. No entanto, os investimentos não reverteram o quadro. Essa ineficiência abriu espaço para a mudança de

perspectiva, muito alardeada a partir de então, da abordagem da demanda, para uma abordagem da oferta. De uma abordagem que visava a correção dos problemas relacionados com a pobreza e desemprego principalmente, focada nos cidadãos, através, portanto de programas de educação, treinamento, por exemplo, para uma abordagem focada no crescimento da economia, no desenvolvimento, na melhoria das condições conjunturais para as empresas, através, por sua vez, de redução de impostos fundamentalmente e controle de gastos por parte dos governos em razão da necessidade de estabilidade etc. Como Glazer entendeu, a abordagem progressista partia da convicção de que a educação por si mesmo seria capaz de resolver o problema da pobreza. Mas não o foi, pois sem oferta de empregos o problema não se resolveria.

Podemos ousar sintetizar a perspectiva histórica de Glazer afirmando que em sua visão a característica fundamental do consenso progressista é um excessivo otimismo na engenharia social, que gastou recursos não justificados por seus resultados e que contribuiu para a desconstrução de valores que sustentavam a estrutura anterior. Apesar do “welfare” ter crescido a partir de 60, os problemas e a demanda não decaíram, mas cresceram. Essa convicção causou um momento de reforma dos programas baseado na convicção de que seria necessário passar recursos diretamente para os cidadãos para lidar com o problema da pobreza. Uma última grande experiência seria feita, com o mega programa, concebido por de Milton Friedman entre outros, “Negative Income Tax”, que basicamente repassava recurso proporcionalmente ao nível de receita do beneficiário. Mas até este foi mal sucedido após pesquisas constatarem que ele causava a dependência dos cidadãos ao programa. A entrada de Reagan é uma resposta clara a este movimento. Reagan buscou

reduzir os programas ao máximo, tendo que ceder a um núcleo fundamental de programas sociais que haviam conquistado a credibilidade da sociedade estadunidense, e mudar o foco de políticas voltadas para o cidadão para políticas voltadas para a dinamização da economia. Reagan se elegeu com um grau de ideologia no seu discurso raro nos EUA, afirma Glazer. Ele defendeu uma ruptura com os 20 anos de política social e garantiu que o único setor da sociedade que não perderia era o dos aposentados. Ainda assim ele venceu. Com um discurso marcado pelo interesse na retomada da iniciativa individual, da diminuição do estado e das taxas, etc, representou convicções que tomavam força no país.

“To sum up: against the view that to every problem there is a solution, I came to believe that we can have only partial and less than woolly satisfying answers to the social problems in question. Whereas the prevailing wisdom was that social policies would make steady progress in nibbling away at the agenda of problems set by forces of industrialization and urbanization, I came to believe that although social policy had ameliorated some of the problems we had inherited, it had also given rise to other problems no less grave in their effect on human happiness than those we had addressed with modest success.” (Glazer, 1990: 8)

Tese 2: As políticas sociais desmontam as comunidades tradicionais, que são os agentes mais eficientes para orientar os indivíduos a obter independência

Tais políticas sociais realizaram um efeito perverso:

- “1. In our social policies we are trying to deal with the breakdown of traditional ways of handling distress. These traditional ways are located in the family primarily, but also in the ethnic group, the neighborhood, and the church.
2. In our efforts to deal with the breakdown of traditional structures, our social policies are weakening them further and making matters in some respects worse. We are making no steady heading against a sea of misery. Our efforts to deal with distress are themselves increasing distress.” (Glazer, 1990: 3)

Logo, a quebra daquelas estruturas sociais elementares é o centro da crise. Já as políticas progressistas, ainda que não sejam as causadoras iniciais, tem colaborado de modo intenso para seu acirramento. A interpretação do fluxo da história estadunidense aparece aqui se notarmos que os esforços progressistas são compreendidos como ações ingênuas, tais quais dos jovens da contracultura, que pecaram pelo excesso de idealismo provocando graves mudanças no país. Assim, com o tempo os resultados desses excessos haveriam aparecido e a sociedade estaria então retomando seu norte inicial. O progressismo “foi” uma aventura perigosa, pois derrubaram os alicerces da sociedade. Agora seriam necessários esses alicerces tradicionais.

“... the breakdown of traditional modes of behavior is the chief cause of our social problems. I am increasingly convinced that some important part of the solution to our social problems lies in traditional practices and traditional restraints. Since the past is not recoverable, what guidance can this possible give? It gives two forms of

guidance: first, it counsels hesitation in the development of social policies that sanction the abandonment of traditional practices, and second, and perhaps more helpful, it suggests that the creation and building of new versions of old tradition, must be taken more seriously as a requirement of social policy it self.” (Glazer, 1990: 8)

Essa opinião contrária às políticas sociais Glazer afirma ter aprendido na prática de sua atuação em Políticas Sociais, não com a leitura de filósofos. O que é extremamente significativo. Essa necessidade de diferenciar-se dos teóricos se dá fundamentalmente porque, naquele momento, havia uma visão amplamente consensual acerca das injustiças do capitalismo, mas que seria negada posteriormente por aqueles que viriam a ser neoconservadores. Naquela visão, tais injustiças eram vistas como maléficas e perigosas, pois, de um lado, eram humanamente desaprováveis e, de outro, eram riscos para a ordem social, pois incitavam a rebeldia. Em consequência os interesses particulares de alguns setores mais favorecidos da sociedade eram vistos como obstáculos para a implementação de tais políticas. O que justificava a implementação de políticas planeadas a partir do governo. Aí está o nó. Para os neocons, assim como para o citado Burke, tais políticas haviam sido motivadas por uma desmedida expectativa na capacidade de se provocar mudanças significativas, positivas e previstas, a partir de grandes programas sociais. Aí entramos na sua segunda tese: tais políticas afetaram negativamente comunidades que tradicionalmente foram responsáveis pelas funções que tais políticas fracassaram em realizar.

“The effect of such changes in social policy is to strengthen “mediating structures”, or what Burke called the “small platoons” in society. The local community or neighborhood may find itself running services, building houses, managing planning, overseeing a local health center, or doing more of these than it used to. One may find, depending on the composition and history of a nation, that churches and religious groups undertake these functions. Or organized ethnic and racial groups may do so.” (Glazer, 1990: 113)

O problema básico seria a quebra das estruturas tradicionais. Estas estruturas tradicionais seriam mais eficientes na produção e manutenção de motivações e constrangimentos que orientariam o comportamento dos indivíduos. O comportamento ao qual ele se refere aqui é aquele em direção a independência do indivíduo, à sua capacidade de conquistar e manter seu lugar na sociedade sem auxílio de políticas sociais, pois estas se mostraram ineficientes. Apesar do enfoque intervencionista não privilegiar essas comunidades e sua cultura, já haveria, diz, uma atenção aos grupos e comunidades em muitos setores das ciências sociais, tais como a antropologia. O ponto é que sob a influência das ciências sociais tem-se ampliado uma posição que valoriza a forma como as famílias e comunidades já se compõem quando se pretende uma interferência. Não seria aconselhável, nessa perspectiva, subestimar ou negligenciar essas realidades e laços, pois seria a partir deles que a comunidade se constituiria. Essas superstições deveriam ser parte fundamental das políticas e os cientistas sociais teriam um papel fundamental na sua compreensão para que as políticas fossem efetivas. Para Glazer essa é uma tendência que aponta para essa

recuperação das comunidades e valores tradicionais nos EUA. Vemos novamente este fluxo da história que leva a sociedade estadunidense para o retorno à sua harmonia anterior.

Mas mesmo tendo isso como norte, tal trabalho não seria fácil. Primeiro porque nosso conhecimento de como a estrutura da sociedade funciona ainda seria insuficiente, o que faz com que nossa intervenção possa piorar o problema que pretendemos resolver; outro problema é que a diversidade cultural dificulta a tomada de programas que possam atingir a todos eficientemente; mas o ponto mais importante em sua opinião é que em seu tempo, as doutrinas de igualdade e direitos civis empurravam as questões sociais para um campo mais racional (diríamos nós) e menos ligado as próprias realidades das comunidades. Um exemplo é a família, pois nela existem diferentes papéis para os integrantes enquanto que a doutrina da igualdade não comunga dessas diferenças. Por essa razão as políticas sociais têm que dar conta das realidades das comunidades. Assim somos levados a concluir que as políticas planejadoras e as comunidades tradicionais competem. Onde uma é central, a outra se torna marginal e enfraquecida. Tudo indica que Glazer não vê a possibilidade de existir um meio termo.

Sua pergunta então é: como se pode prevenir tal erosão dos constrangimentos (“constraints”) tradicionais que ainda têm o papel mais importante na manutenção da sociedade civil? Sua resposta: reforçando o incentivo ao trabalho. Mas aí surge um dilema: não se pode tornar esse incentivo maior que aquele produzido pela própria ausência de auxílio externo. A única saída: reforçar a atratividade do emprego com os benefícios que os bons empregos têm (férias remuneradas, assistência médica, etc.). As políticas de “income

maintenance”, por sua vez, também têm seu dilema: enquanto por um lado melhoram as condições de vida dos pobres, por outro, reduzem os incentivos para que eles conquistem e mantenham aqueles grupos independentes (hose close units of self-support”), como a família, que em larga medida ainda são as “fábricas da sociedade”.

“Our efforts to soften the harsh consequences of families breakup spoke well of our compassion and concern, but these efforts also made it easier for father to abandon their families or mothers to disengage from their husbands.” (Glazer, 1990: 13)

Glazer ilustra esse dilema citando o livro de Murray, “Loosing Ground”, e afirma que o aspecto mais esclarecedor de sua apresentação é o experimento hipotético (thought expirement) “Philis and Harld”, citado anteriormente. Murray, diz Glazer, teria demonstrado, além da tendência a desunião e dependência, como reagiria o casal se todos os incentivos fossem tirados. Sua expectativa é positiva ao afirmar que o casal entraria no mercado de trabalho se beneficiando do crescimento da economia. Em outras palavras, o casal sobreviveria tal qual os imigrantes do passado o fizeram. No momento que Glazer escreve (final do primeiro mandato do governo Reagan) muita coisa que Murray observou já havia mudado. Essencialmente não havia mais no welfare uma base de incentivos econômicos. A administração Reagan mudou a abordagem depois de conhecer os resultados de algumas pesquisas.

A conclusão: o EBES estadunidense é diferente e não incompleto.

Para Glazer o “welfare” estourou num país que não tinha tradição para tanto em razão da crise dos anos 20 e 30, com o New Deal. Dali em diante houve um grande entusiasmo e esperança de que o país pudesse dar conta de todos os seus problemas sociais. A expectativa não se cumpriu, afirma. Passados 25 anos a situação havia se agravado e nada indicava seguramente que o “welfare” daria conta do recado. Havia, mais do que isso, a opinião de que o “welfare” não só não resolve os problemas como também os agrava.

OS EUA durante o período de crescimento do “welfare” tiveram como referência os países da Europa que melhor o construíram, tais como Suécia e Inglaterra. O país foi construindo uma rede complexa de programa com o objetivo de suprir as lacunas da malha social, pois havia aqueles que não conseguiam se beneficiar da estrutura mínima do “welfare”. Ele diferencia o “welfare” em dois: Welfare I: seguridade social, as assistências de saúde e remédios, etc; e os vários programas com objetivos pontuais. O primeiro ainda é forte nos EUA e não é questionado nem pela direita. Ele é fruto dos primeiros passos de construção do “welfare”; o segundo veio do avanço posterior ao governo Kennedy. Este é marcado pelo entusiasmo da engenharia social, que viria a declinar gravemente. Mesmo no momento de seu auge, o “welfare” não dava conta do recado. Os seus defensores sempre argumentaram o que o problema é não se investir mais. A crítica que existe nos EUA vai no sentido oposto, para ela não adianta investir mais, os problemas só aumentarão. Algumas características da cultura americana minam o projeto de provisão social:

- Federalismo estadunidense, no qual uma posição marcante dos estado se contrapõe ao centralismo federal;
- A diversidade cultural e étnica dos EUA como um fator que limita unificação;
- Os problemas raciais ainda são dificultantes para a composição de um universalismo;
- A tendência individualista dos americanos. Ele lembra para a realidade imigração do país, no qual chegam estrangeiros que se viram sozinhos;
- A convicção largamente encontrada de que os problemas podem e devem ser resolvidos na esfera privada, dentro do mercado. (Glazer, 1990: 168)

Afinal, o “welfare” americano é incompleto ou diferente? Glazer caminha na direção de argumentar que é diferente. E é diferente porque os EUA são diferentes. Ele sustenta que suas diferenças estão fundamentalmente na diversidade interna, na gravidade dos problemas, no tamanho da pobreza, que convivem com uma economia altamente avançada. A pergunta sobre o “welfare” e sua especificidade leva, segundo ele, a outra pergunta sobre porque o socialismo não vingou nos EUA. Sua resposta vai na direção esperada da cultura, o que reforça sua tese da diversidade e dos valores individualistas estadunidenses. A decadência da convicção do “welfare” acompanha a queda da confiança no planejamento da sociedade, da perspectiva socialista. Assim, a sociedade estadunidense retornaria, lemos, à sua condição anterior, respeitando seus elementos constituintes e a ordem que sustenta realmente o país e que o tornou o que é: justo e próspero.

Capítulo 3. Hipóteses interpretativas e propostas para pesquisas futuras

Como dissemos, o que nos levou a focar nossa atenção nos neoconservadores não é tanto seu significado histórico direto, mas seu caráter de expressão de um processo histórico que os transcende. O fato de eles serem os articuladores intelectuais do desmanche do EBS, tendo tido influência no governo Reagan – e na verdade tendo reflexo até os dias de hoje, no governo George W. Bush, quando o termo neoconservadorismo se encontra citado já na mídia impressa brasileira – nos apóia na localização de um grupo expressivo dentro do movimento de direita, mas não é o momento histórico o que nos interessa diretamente. Também não estamos buscando responder à questão sobre quem são os neoconservadores, para entender a partir daí como se deu tal desmanche, assim como não buscamos entendê-los para lançar alguma luz a mais sobre o que se convencionou chamar de neoliberalismo. Esse é um trajeto necessário, tanto pela pertinência do tema – e que vem sendo feito largamente, como sabemos - quanto pela necessidade de se partir daí para que se avance na questão que ora nos propomos.

O que nos interessou aqui, e que poderemos somente anunciar nesse capítulo, é buscar localizar e compreender os nexos de sentido centrais da ideologia individualista contemporânea - que deveriam, portanto, ser comuns a todos seus defensores - a partir das teses de “alguns neoliberais” – os neoconservadores. Ainda que uma análise abrangente do pensamento liberal não caiba aqui e não tenhamos pretendido uma tese rigorosa, ensaiamos

algumas hipóteses nas quais sugerimos alguns nexos ideológicos que podem contribuir para uma compreensão das questões e disputas ideológicas e políticas que dizem respeito à história ocidental e não somente à história recente dos EUA. Nos limitaremos nessa conclusão a expor sumariamente um esboço dessa trama, a partir de hipóteses dispostas a partir de elementos extraídos de nossa pesquisa. Nossas sugestões visam tão somente formalizar uma aposta pessoal em caminhos de pesquisa futuros e aproveitar a oportunidade do exercício intelectual menos pretensioso da dissertação de mestrado. Assumimos os riscos da reflexão pessoal, ainda exploratória e especulativa, tendo como justificativas a necessidade de abertura de caminhos de pesquisa futuros, o limite do tempo e a completa despreensão de publicação deste relatório de pesquisa, sendo este tão somente um exercício intelectual em direção a um projeto futuro.

Em nossas hipóteses procuraremos desenvolver uma questão de fundo, que se configura como uma provável hipótese central, na qual sugerimos a existência de uma tensão única, motriz, que promoveria o movimento de renovação e releitura do individualismo contemporâneo em torno da dupla necessidade – aquela que demonstram ter - de defender os direitos individuais centrados na liberdade de ação racional, e sua eficiência, por um lado, e a manutenção da vitalidade de um código moral acima dos indivíduos que os sintonize na disposição de optarem e serem coerentes com uma determinada racionalidade, por outro. Estaria, pois, na tensão entre a defesa de racionalidade num nível, o das ações individuais, e sua negação noutro, o da gestão ampla da sociedade, um hiato de sustentação que geraria por um lado a ausência de coesão rigorosa da ideologia individualista

contemporânea e, por outro, a necessidade de releitura e busca de dessa coesão. Esse hiato seria ao mesmo tempo um elemento desestruturante e motriz, no sentido de gerar movimento intelectual. Veremos que a história do movimento torna pertinente esta hipótese. Portanto, nos propomos rigor na defesa da pertinência da hipótese, mas assumimos as lacunas e flutuações teóricas constituintes de nossa argumentação, tendo como defesa nosso próprio movimento de continuação da pesquisa, num novo ciclo de trabalho, a partir deste ponto.

I

Um primeiro ponto é o estabelecimento de uma concepção de ideologia, paradigma ou problemática, a partir do qual possamos operacionalizar uma análise do neoconservadorismo. Ainda que seja prematura uma análise mais profunda sobre o movimento neoconservador sob esse aspecto, não podemos deixar de nos defrontarmos com seu processo de busca de sistematização, tendo partido de concepções por vezes antagônicas. Nos chama particular atenção a disputa entre os defensores da otimização eficiente da ação individual e da lógica de mercado, por um lado, e dos tradicionalistas, que entendem caber família e liberdade individual num mesmo sistema. Mesmo Glazer e Murray parecem representar esses pares. Enquanto Murray se baseia na Escolha Racional e, portanto na eficiência crescente de indivíduos deixados a si mesmos; Glazer defende os incentivos e constrangimentos promovidos pelas comunidades para que os indivíduos se

mobilizem em direção à eficiência. Isso nos indica um caminho pertinente de investigação. Nesses autores vemos já um sinal da tese de que o neoconservadorismo é em alguma medida a união dos princípios antagônicos existentes dentro do movimento conservador – que chamamos de individualismo contemporâneo. Se lemos corretamente e essa dicotomia é a chave do individualismo contemporâneo, temos ao menos dois caminhos de interpretação de sua constituição. Se por um lado tal dicotomia pode ser resultado de correntes ideológicas muito distintas que se encontraram superficialmente no acordo frente a demandas políticas objetivas; por outro, pode ser resultado de um processo inverso: a defesa de uma base comum, que implicam em demandas políticas eventualmente comuns, mas que divergem em algumas de suas estratégias para a manutenção das bases e consecução dos fins. Nessa última hipótese a disputa estaria entre as estratégias da lógica do mercado e dos laços tradicionais. De saída podemos nos referenciar, se lemos corretamente, em outra hipótese. Quando sugerimos que o neoconservadorismo, assim como boa parte do neoliberalismo, é a união desses dois princípios, lemos em seu discurso o seguinte fluxo lógico:

A civilização ocidental conquistou, ao longo de séculos, a condição da liberdade individual, o bem mais caro dentre nossas realizações. No entanto, a realização desta liberdade não é algo natural aos indivíduos. Para que se realize é necessário que haja cultura de liberdade, com valores que os motivem a assimilar o ônus das responsabilidades e os impulsionem para a ação independente e produtiva, por um lado, e que os inibam de serem contrários à liberdade alheia e à lógica geral da sociedade. Apostou-se nas décadas de 1960 e 70 na capacidade de promover essa

atitude nos indivíduos a partir do Estado, mas essa tentativa mostrou-se um fracasso. A cada tentativa de promover nos indivíduos os incentivos e constrangimentos para que realizassem essa liberdade ativa - aceitando-se para isso a disponibilização de salvaguardas de apoio que visaram minimizar, e até extinguir, as diferenças crônicas da posição de partida no jogo competitivo – o que se viu foram tendências inequívocas de adaptação desses mesmos indivíduos aos próprios incentivos, e não à vida. O Estado acabou por tornar-se, para estes, uma máscara da vida com a qual os apoiados sabem lidar e sem qual manteriam-se inaptos para a própria vida. Desse modo os benefícios do apoio encerram-se em si mesmos, não contribuindo para seu objetivo inicial, que é a retirada destes indivíduos da situação de sobrevivência deficiente. Como se a “nulidade” da consecução dos objetivos já não fosse um sinal suficiente para a conclusão da ineficiência deste apoio, o que se viu foi que muito além da não retirada dos indivíduos de sua situação, esse apoio desconstrói àquela cultura necessária para que encontrem sua independência, tornando-os ainda mais dependentes do que estavam antes. Mas os prejuízos não param por aí. Ainda que se concorde que para estes indivíduos essa situação possa ser melhor que a anterior, temos que nos defrontar com o impacto da mudança cultural no restante da sociedade e nas consequências objetivas dessa mudança cultural. Tais consequências se manifestam em mudanças de leis e numa permissividade a comportamentos negativos que só fazem alastrar tais comportamentos para aqueles que antes não os tinham. Um fato que ao final só pode ser considerado como uma injustiça. A desconstrução da cultura construída em séculos, e que efetivamente sustenta a liberdade e o modo de vida baseado na

liberdade individual, é a consequência mais grave e ignorada pelo “consenso progressista”. Assim, temos que nos decidirmos por manter a liberdade, utilizando para isso a cultura constituída e realizada nas famílias e comunidades – dado que o estado demonstrou sua inaptidão para tanto -, por um lado, e deixando os indivíduos responderem livremente às manifestações da própria vida, sem proteções e, portanto, sem vícios.

Se sintetizamos corretamente, podemos notar um amálgama entre ambos os princípios, ou, no mínimo, um sincretismo entre Adam Smith e Edmund Burke. Como a defesa da liberdade individual permanece em ambos os grupos, ainda que sendo mediada pelas comunidades tradicionais num grupo e pelo próprio mercado noutro, é pertinente que a segunda hipótese que levantamos - acerca da união de bases e objetivos com distinção de estratégias - seja a mais provável. Nesse caso haveria uma concordância entre princípios mais ou menos conscientes para ambos os grupos, o que os faria representantes de um mesmo movimento desde o início. À essa relativa coesão podemos atribuir uma relativa adesão ao movimento teórico-filosófico do ocidente. Pode ser que elementos externos à esse movimento intelectual estejam em operação sendo destilados aos poucos durante a história do ocidente. Estaríamos nesse caso nos perguntando se a obra desses autores – não só os neoconservadores, mas os neoliberais mais proeminentes, como Hayek e Friedman, assim como liberais clássicos como Adam Smith – não seria, na verdade, a expressão de um senso comum dos grupos afinados como o individualismo contemporâneo, mais do que produtores e matrizes desse movimento. Estaríamos, ao final, nos perguntando se as lacunas e desconexões entre os pares tradicionalistas e libertaristas não seria fruto de uma

comunhão de pontos de partida menos conscientes com expressões em demandas políticas e asserções sobre a realidade menos homogêneos por razões variadas. Sua coesão está tão somente no acordo frente a demandas políticas, ou ainda mais além, como eles mesmos pretendem, em valores comuns, enquanto a disputa estivesse se realizando no campo das estratégias.

Não seria um equívoco tomar-se as obras como fundadoras dos movimentos ideológicos, postura que na sua base parece pressupor que em alguns espíritos elaborou-se um tecido de compreensão da realidade - uma teoria, uma abordagem - que seria o centro criador e propagador dessas idéias. Os intelectuais liberais seriam, assim, os criadores de sua ideologia. Mas suponhamos, ao contrário, uma abordagem dentro da qual o liberalismo seja expressão de uma cosmo-visão cujos nexos são mais profundos – ou inconscientes - do que aqueles que seus ideólogos propuseram em seus textos, e que seriam, ao invés de ponto de partida para a expansão dessas idéias, expressões de um ideário já constituído; que seria a produção liberal mais uma elaboração, em texto e teoria, de um conteúdo pré-existente, do que a própria criação deste conteúdo.

Mas o que entendemos por ideologia? Essa coesão somente relativa nos sugere que compreender a ideologia neoconservadora, e o liberalismo em geral, transcenderia a compreensão dos textos que o elaboraram e o defenderam. Passaria por uma pesquisa e análise de concepções, idéias e perspectivas, disseminadas nos atores sociais no seu drama micro-político, dado que deveria estar aí a fonte da ideologia liberal, e não nos seus teóricos. Ainda assim poderíamos abordar as teses dos intelectuais como expressão de seu

campo ideológico, que é o que buscamos aqui. E reiteramos nossa hipótese: tais ideologias estão aí, difusas, mas em operação, antes que os intelectuais as elaborem em teses, teorias, em texto. Não ambicionamos novidade com tal tese. Ambicionamos centrar nosso olhar ao que pode nos dizer mais sobre o objeto, pois, se nosso olhar é focado nas teses por si mesmas, buscamos, ao analisá-las, avaliá-las segundo sua coerência interna e seus elementos constituintes. Mas não é o rigor ou a veracidade de suas teses o que nos interessa. Esta é uma abordagem cuja pertinência não se questiona aqui, principalmente quando o que interessa é a compreensão do objeto ao qual as teses se referem.

Vimos em nossa investigação que a ideologia liberal, ou individualista, permanece operando mesmo quando há incoerências internas percebidas pelos atores que as articulam em teses. Foi o que aconteceu, pelo menos, durante o reinado do keynesianismo, no desenvolvimento do movimento conservador, e que daria origem ao neoliberalismo, como nos mostrou o historiador George Nash em “Conservative Intellectual Movement in America”.

Isso nos leva à questão acerca da importância da coerência racional das ideologias para que sejam operadas pelos atores; e mais do que isso, já nos insinua a existência de uma ideologia difusa - cujo centro primordial os indivíduos experienciam, mas não têm consciência clara - para além de seus articuladores. Por certo não faltariam exemplos sobre outras ideologias de coerência duvidosa reconhecida por seus atores, ou de movimentos intelectuais com graves cismas internos, mesmo com a manutenção de sua unidade. Pois então, é nessa dinâmica que buscamos uma leitura do individualismo. Mas o que nos

assegura em nossa sugestão de abordagem é a possível leitura, baseada na história do conservadorismo sobre a qual podemos sugerir que Hayek, por exemplo, não criou sua abordagem, suas teses centrais, mas a extraiu de um amplo consenso em operação no grupo ideológico ao qual se afinava. É o que a consideração do texto de Nash, assim como dos autores que focamos nessa pesquisa, nos permite conjecturar. Quando Hayek lançou seu “Road to Serfdom”, em 1944, obteve uma aceitação mais que significativa em número de leitores, tendo sido publicado em vários países, e tendo sido lido por um público diverso – sobre isso cabe lembrar a publicação do texto na revista de variedades “Readers Digest”, direcionada a um público não acadêmico. Se as idéias fossem novas - para os leitores - seria difícil supor tal compreensão e aceitação generalizada. Mais que isso, a publicação desta obra de Hayek motivou o desenvolvimento do movimento conservador, em plena hegemonia do keynesianismo, tendo servido como um catalisador de um movimento cujos atores, já existentes, consideravam-se ilhados, como diria Nash. Este processo é análogo ao ocorrido logo após a Revolução Francesa, no surgimento do termo conservadorismo, e que foi encampado e elaborado principalmente pelo inglês Edmund Burke. A este autor ainda referem-se muitos dos conservadores de nosso tempo, e nele são encontrados alguns dos argumentos básicos do conservadorismo contemporâneo. Está nas suas idéias a chave para a compreensão da gênese do neoliberalismo, como veremos mais adiante.

Ora, se os intelectuais individualistas, ícones de seu movimento, e sua elaboração do individualismo, não estão no vórtice primário de suas ideologias, o que está? Se não são suas teorias o ponto de partida, mas sim uma expressão articulada, onde está este centro criador? Estariam num campo difuso de idéias, perspectivas, abordagens, valores, etc.,

mais ou menos visíveis à sua comunidade, mas em operação permanente em sua elaboração da realidade. A isso Althusser chamou de problemática - embora atendo-se estritamente à elaboração teórica -, Kuhn de paradigma, assim como outros autores abordaram à sua maneira. Não nos pretendemos no momento como partidários de quaisquer abordagens existentes.

Por hora ressaltaremos somente a consequência dessa abordagem – a da preexistência das bases do movimento antes de sua articulação em teses. Uma das consequências desta asserção é o relativo deslocamento dos intelectuais frente a sua matriz, dado que ela não é necessariamente um todo homogêneo, como tais autores buscam mostrar. Ademais, definir se tal ou qual autor representou mais precisamente sua matriz não seria tarefa trivial. Cada expressão liberal é uma expressão singular e parcial, sendo a matriz um ponto de fuga difuso, mais ou menos homogeneamente referenciado a todos os atores, mas não facilmente elaborado num todo coerente. Se assim o for – assim como descrevemos -, seria de se presumir um movimento de seus atores na busca da definição mais precisa e orgânica, que responda tanto a um bloco de sentido que desse conta dos aspectos essenciais da vida social, mas também de perguntas individualizadas, propostas por críticos, etc. Segundo as descrições de Nash, Nisbet, Glazer, Murray, intelectuais afinados ao liberalismo conservador, e até mesmo as de Miguel, Dubiel e Harrington, críticos àquele movimento, é isso o que acontece. A história do conservadorismo é largamente vista como uma trajetória de um movimento intelectual que busca a sua própria definição, mas já em movimento. Um grupo que busca se constituir enquanto grupo, já sendo potencialmente um grupo. Uma ideologia que busca uma elaboração coerente, ainda que já esteja em operação. Essa

constatação é coerente com toda bibliografia que consideramos. Sendo ela partidária ou crítica ao neoconservadorismo. Enquanto Glazer conta que a ascensão do neoconservadorismo, pós-hegemonia keynesiana – identificada por ele aos democratas e radicais -, foi resultado de um movimento dos não intelectuais, de um consenso do povo, daqueles que não estavam sintonizados com uma alta expectativa frente ao poder do planeamento; um Miguel e um Dubiel irão descrever o movimento como um campo ideológico difuso, não articulado em uma teoria no seu sentido forte. Pois então, os intelectuais liberais buscam articular uma ideologia que está para além de seu domínio e de sua criação.

E se não estiver em grandes abstrações econômicas e políticas o centro nervoso desta ideologia, onde estaria então? Pelo menos parte da resposta já é largamente conhecida. De modo geral, entre conservadores, neoliberais e neoconservadores, a meritocracia é um valor de grande peso. Está naquilo que o indivíduo faz por si mesmo a chave do valor ético, a partir do qual deriva uma compreensão da dinâmica econômica e política – o liberalismo - que a justifica e defende. O individualismo como otimização da eficiência produtiva e política – produto dos intelectuais - seria assim uma decorrência elaborada do princípio ético que centra na independência o valor. Se partirmos da premissa hipotética de que fora da tentativa eurocêntrica de fundar a ordem social na razão o que mais se viu foram ordens fundadas na força e na tradição, podemos supor, mais além, que domínio a partir da força, independência, e mais à frente, emancipação, podem ser integrantes de um mesmo ramo de parentesco de valores, que viria de fora para dentro do que se convencionou chamar de modernidade. Se a violência e a tradição moral promovem na micro política, como uma

ilusão ou como um dado efetivo, independência; assim como se estes princípios são ou não ainda centrais na manutenção de uma ordem social; são questões que não consideraremos. O que pretendemos sugerir aqui é a hipótese de que a meritocracia está no cerne da ideologia individualista e representa uma herança externa a ideologias modernas, que valorizam a razão como substituta hegemônica da violência e da tradição. Como sabemos, o valor central do liberalismo é a liberdade individual. Com ele se afinam valores sobre independência, emancipação e autodeterminação, dicotômicos frente à dependência, dominação e reificação. Se nos utilizamos dessa hipótese, podemos colocar o valor como tendo sido gerido no tempo até nossos dias, sendo assim disseminado difusamente nas sociedades eurocêtricas. Se o valor está na base do individualismo, por conseguinte, do liberalismo, e não as justificativas econômico políticas de seus intelectuais, as peça se encaixam. Um valor pode estar para além dos intelectuais que o elaboram e defendem. Um valor pode estar presente de modo difuso pela sociedade, expresso e vitalizado em suas manifestações culturais – como no Protestantismo visto por Weber -, etc.

Se entendermos que a ideologia individualista contemporânea – expressa no neoliberalismo econômico, no conservadorismo moral e na síntese neoconservadora – compõem um mesmo movimento, cujas bases estariam para além da consciência de seus atores, em um duplo centro que promove a tensão entre a liberdade individual e os limites destes mesmos indivíduos; podemos supor, finalmente, que este movimento é em si mesmo uma expressão, ou conseqüência, vacilante ou cautelosa, da utopia do esclarecimento, da qual é continuadora, mas crítica. Se seguirmos Habermas em seu “Discurso Filosófico da Modernidade”, veremos que desde Nietzsche, foi realizada uma crítica radical aos

iluminismos – Inglês, Francês e Alemão, principalmente – e a sua aposta na capacidade da razão encontrar uma base sólida para a regulação da vida social. Ao conjunto dessa crítica, que nasceu na arquitetura e nas artes, mas tomou corpo também na filosofia, convencionou-se chamar pós-modernismo. Se este movimento é pertinente ou não, não nos interessa aqui. O que importa por hora é o fato da crítica conservadora e neoconservadora, e talvez o movimento liberal como um todo, estar significativamente relacionado a esta crítica radical. Talvez por essa razão está Habermas atento ao neoconservadorismo, como atesta seu artigo “Neoconservative Culture Criticism in the United States and West Germany: An Intellectual Movement in Two Politics”.

A sintonia – dos neoconservadores à crítica pós-moderna - é notória em Burke, cuja influência no movimento conservador dos Estados Unidos já foi citada. Em sua crítica à Revolução Francesa, Burke centrava sua preocupação na confiança iluminista na razão como ordenadora da vida social, em detrimento dos valores, códigos e noras tradicionais. Uma crítica análoga foi feita pelos conservadores e neoconservadores frente ao avanço da esquerda, intervencionismo estatal, da democracia e direitos civis nos EUA, a partir de 1960 principalmente, que já fora manifesta no New Deal.

No entanto, essa sintonia dos neoconservadores com pensadores como Nietzsche, Foucault, Derrida, entre outros críticos do Iluminismo, é relativa. Entre os elementos que os distanciam estão, pelo menos, a busca de equalizar os impasses que o projeto racional encontrou face aos limites observados, mas principalmente a busca por localizar e referenciar suas contribuições ao debate filosófico vista nos filósofos europeus. Raramente

encontramos esse interesse nos neoconservadores, que estão mais preocupados em atacar as pretensões de intelectuais contemporâneos e seus projetos políticos concretos. É por essa razão que dissemos anteriormente que o movimento neoconservador pode ser entendido como pertinente em si mesmo, apesar da eventual impertinência de seus atores. Eles operam, mesmo que não tenham clareza disso, uma crítica atual e pertinente sobre os limites do projeto da razão, ainda que o façam sem uma localização justa do problema no debate filosófico; e mesmo que o façam, sua busca visa desqualificar a razão a partir de uma experiência política “muito” particular – os programas sociais levados a cabo a partir do governo Kennedy, nos EUA – ainda que expressiva, que não pode facilmente ser tomada como representante inequívoca da eficiência da razão como gestora da vida social. Dito de modo sumário, os neoconservadores parecem um tanto apressados em defender teses de uma complexidade que não cabe no nível de debate em que operam. É possível que os programas sociais do EUA tenham sido realizados de modo ineficiente, a partir inclusive de bases intelectuais equivocadas. Mas mesmo que os resultados de tais programas não tenham justificado sua realização, é demasiado afirmar que quaisquer programas sejam necessariamente perniciosos à sociedade. Na mesma direção, seria um tanto demasiado afirmar-se que os problemas centrais da sociedade estadunidense atual tenham sido criados por tais programas, como se as consequências imprevistas da ação social, em especial aquelas tomadas conscientemente, fossem as únicas fontes dos problemas. É de se estranhar o fato de ignorarem quaisquer consequências do modo de produção capitalista em si mesmo na base de tais problemas. Enfim, o que nos interessa chamar a atenção em nosso trabalho não é o fato do neoconservadorismo ser pertinente ou não em suas asserções, mas o fato de estar sintonizado à crítica pós-moderna, sem exatamente o saber, demonstrando que o

projeto racional está sendo atacado por bases diversas, não necessariamente sintonizadas e afinadas entre si; e que, apesar da impertinência de sua pressa em desqualificar quaisquer programas sociais, assim como a democracia irrestrita, seria, por outro lado, um excesso desqualificá-los radicalmente, pois têm diante de si um problema pertinente, a saber, a falibilidade do projeto racional e seus conseqüentes desafios. A resposta neoconservadora a estes desafios é um retorno ao alicerce moral na ordenação da vida social. Visto de outro modo, é a defesa de modos de vida tradicionais, pré-capitalistas, como legítimos e eficientes na ordenação social. Demanda que se pode fazer ouvir em minorias localizadas na periferia da máquina econômica hegemônica no globo. Mas que no caso dos bem localizados neoconservadores, representa uma defesa da própria máquina frente ao que consideram serem ameaças ao seu funcionamento. É diante desse quadro que sugerimos que por direções diferentes, e por diferentes orientações políticas, vê-se recolocar a tensão entre liberdade e determinação, presente no ocidente desde sua formação, mas agora recolocada num contexto diversamente composto. Num momento em que as tecnologias (físicas ou sociais) mudam o ambiente de modo profundo e rápido, como é possível afirmar-se que nossa interferência consciente não deva ser administrada conscientemente. Como é possível deixar o capitalismo agir por si mesmo? E por outro lado, diante de várias tentativas polêmicas de intervenção, como defender inequivocamente a intervenção?

A partir dessa hipótese podemos sugerir um drama, ou tensão central no individualismo contemporâneo, que nos permite localizar as questões para as quais este movimento busca realizar uma solução. Podemos supor que a razão pôde ter conquistado o otimismo que despertou, pela sua promessa de liberdade, num momento de crise do domínio do antigo

regime. Se assim o foi, a burguesia abraçou os ideais de razão – que está por detrás, como sabemos, da máxima francesa “igualdade” - e liberdade, por considerá-las afins, harmônicas, chaves para uma nova ordem. Enquanto isso, esquerda e direita lutavam do mesmo lado. Na história se realizou sua separação. Como sabemos tal separação ocorreu quando a direita rejeitou sua fidelidade à igualdade e manteve-se, até hoje, mais fiel à liberdade, em detrimento daquela. A razão, canta a sereia neoliberal, tem limites. Delegar a ordem à razão é autodestrutivo. Logo, planeamento, assim como sua afim, a democracia ilimitada, baseada no livre julgamento do todos, e na legitimação de quaisquer decisões tomadas pela “maioria”, mesmo que contra “direitos de indivíduos”, tornam-se destruidores das conquistas econômicas e da vitalidade que nos mantém. Enquanto os liberais entoam seu mantra, a esquerda, fiel aos princípios daquela revolução – a Francesa -, entoa o seu, afinada radicalmente ao princípio da igualdade, que se sustenta sobre, no final das contas, o valor da razão como norteadora legítima da ordem social. A mudança dos liberais consistiu numa opção por uma “razão instrumental”, técnica, de escalão inferior à liberdade. Assim, só a razão, enquanto instrumento da liberdade, tem seu lugar no liberalismo. Este seria, sumariamente, o drama encenado por Liberdade e Igualdade, na história das ideologias político-econômicas modernas.

A esquerda, na modernidade, seria a defensora da radicalização da ideologia da modernidade. A burguesia o foi, até que tomasse o poder. Desde então teria assimilado elementos das ideologias críticas ao avanço da racionalização, que versam sobre a disputa crua de poder em si mesma, sobre o caráter orgânico da natureza e das sociedades, mas, sobretudo às limitações humanas, em especial à sua capacidade deficiente de domar a

natureza – a própria inclusive - com a razão. É nesse contexto que toma vulto a consideração da existência das paixões humanas, tema recorrente dos conservadores, elaborado politicamente na crítica ao progresso da razão, por Edmund Burke.

No processo visto por Marshall, de progressivo avanço e generalização de direitos liberais – de elite para o povo – fez-se ouvir, como defende Hirschman, a reação da elite, que se mostrou, ao fundo, utilizar-se de uma crítica da razão ilimitada para conter a relativização dos direitos individuais, dos quais o principal, como sabemos, é o de propriedade. Assim constituíram uma ambígua matriz ideológica que se funda, por um lado, na modernidade e na sua valorização da razão – pois afinal, há leis, democracia, comércio, secularização -; mas também noutro, no reconhecimento da disputa crua do poder, nas limitações e paixões humanas, que são limitantes da razão como orientadora hegemônica da vida social. É desse instável e duvidoso amálgama que foram gerados o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

Os primeiros liberais buscaram a liberdade, e entendendo de antemão que a liberdade absoluta implica numa impossibilidade de convivência social, viram como o limite legítimo da liberdade, a liberdade alheia. Mas seu foco é a conquista da liberdade diante da coerção do antigo regime. Os conservadores têm renovado este mesmo espírito buscando a síntese da liberdade com um código inequívoco da liberdade humana, mas seu foco é a garantia da liberdade perante os limites que a própria liberdade alheia pode acarretar. Como fundar, de fato, a sociedade na liberdade, é a questão chave? Como apostar nas razões particulares diante dos desafios que elas enfrentam para se efetivarem. Os conservadores,

neoconservadores, ou neoliberais, distinguíveis entre si somente em sua superfície, buscam uma sintonia de liberdade, uma faixa de liberdade “ótima” – no sentido de otimização -, dentro da qual o mundo seja possível, e eqüitativamente aberto para a realização dessa liberdade embutida, e miram sua desconfiança, ou convicção, para as paixões humanas, fartamente observadas e exploradas por intelectuais dos séculos XVI e XVII.

É preciso, parecem nos dizer, voltar a canalizar as paixões pela via do empreendimento econômico. Os males do século XX são fruto do descarrilamento dos indivíduos dos trilhos dos valores que no século anterior fundiam-nos eficazmente à máquina econômica e que, portanto, configuravam-se como o método mais eficaz de canalização dos impulsos humanos irracionais. Assim, os grandes sistemas abstratos, o planejamento social e seu fruto mais notável, o Estado de Bem Estar Social, por um lado; a contra cultura das décadas de 1960 e 1970 e, por que não, a liberação sexual, a igualdade de gênero e raça, por outro; afinam-se todos com as baixas e limitantes paixões humanas, que levam seus portadores a desejarem mais do que podem ter, não reconhecerem o quanto custou o que já foi construído e sobre quais bases nossa civilização se assenta. Nos conservadores não encontramos um cânone claro e hegemônico. Os preceitos não são inequívocos ou consensuais, a não ser por uma meia dúzia de reivindicações sobre política e economia, já citadas anteriormente e comumente identificadas com o neoliberalismo. É possível encontrar afinidades particulares com alguns movimentos e reivindicações com ambição progressista, em alguma tolerância com programas sociais, numa aceitação de alguns valores da contra cultura, da luta pelos direitos civis. O que permanece sempre é o incomodo com a rejeição da tradição, onde entendem assentar-se a civilidade. Por outro lado também

defendem um retorno a valores que não se justificam pela razão, mas pela religião.

Defendem as comunidades elementares, a família e, por conseguinte, a tradição e a herança cultural, por um lado; e a liberdade econômica, o empreendedorismo (empresarial, por certo, nunca moral ou político). E o fazem sem que haja menção sobre uma eventual contradição, ou ao menos alguma tensão, entre princípios como obediência – à tradição – e liberdade – de opor-se ao instituído. Para tanto empreendem uma análise que verá no mundo social – econômico e político – um “modus operandi” que impõe que sejamos passivos frente à lógica do mundo e ativos, muito ativos, dentro dessa lógica. Parecem nos dizer que estamos livres para usufruirmos os papéis econômicos que herdamos da experiência de nossos antepassados, mas não somos livres para remodelá-los, e assim o decidimos por ser a opção mais racional a se ter. Só somos livres se mantivermos a tradição. Caso contrário seremos escravos de nossa ignorância. A defesa da tradição é, ao final, a defesa da liberdade. A consideração dos contratualistas é suficiente para que nos demos conta de que a questão permanece, como uma atualização do debate. A liberdade, para que exista, precisa de um campo de normas, concordariam todos. A inovação neoconservadora consiste na defesa dos valores, de modo geral cristãos, como sendo as referências primordiais aos indivíduos na vida em sociedade.

E aqui chegamos ao ponto final de nossa hipótese. Para os neoconservadores, no capitalismo, a liberdade, ainda que embutida num código severo, já faz parte da tradição. O liberalismo do século XIX seria a fina flor da ordem social, e teria encontrado o amálgama ótimo entre liberdade e igualdade. Para além da ordem liberal do século XIX, seria demasiado arriscado dirigir-se. Nesta ordem constituiu-se uma liberdade econômica

sustentada por uma ordem política comprometida com a garantia da primeira, num ambiente de valores sociais não relativizados por intelectuais ou aventureiros e, portanto, num quadro de estabilidade e ordem produtiva. Não haveria, diriam os neoconservadores estadunidenses, um clamor antecapitalista no século XX, se não houvesse o sucesso econômico capitalista no século XIX. Para estes, a “Great Society” – como ficou conhecida a hegemonia progressista das décadas de 1960 e 1970 nos EUA -, parece ter sido fruto de “play boys”, responsáveis ou não, filhos da fartura do país, que buscavam saciar seus anseios apressadamente com transformações que feriam os alicerces da riqueza que os criou. Assim o progressismo parece identificado com as deficiências geralmente atribuídas à juventude, a saber, o desbalanceamento entre ímpeto e juízo.

O que nesses termos pode nos causar a impressão de serem demasiado domésticos, expressa-se de modo análogo às disputas intelectuais, políticas e econômicas, que vieram à campo desde o início do capitalismo. Assim, os individualistas e conservadores de modo geral, são sempre reacionários, pois hora reagiram ao totalitarismo do antigo regime, hora ao totalitarismo do comunismo, que em sua versão germinal se expressariam – diriam - no otimismo pelo planeamento do Estado de Bem Estar Social. Num conservador como o sociólogo Nisbet, o conservadorismo é uma reação ao exagerado otimismo na razão, em suas grandes e gerais abstrações na ordenação da vida social. Foi o que Burke defendeu ainda no século XIX, quando se fazia ouvir os efeitos da Revolução Francesa e de seu ideário. A questão permanece, e nossos intelectuais contemporâneos expressam e atualizam o debate.

Considerações Finais

Como se já não houvesse razoável risco nas precedentes hipóteses, pergunto, por fim, se não estariam tais questões de um modo ou de outro referenciadas à questão de quanto somos capazes de nos autodeterminar. Estando ou não os ideólogos liberais à altura dessa questão, a consideração destes textos nos sugere que sua ideologia está. Talvez não como um ser com movimento e lógica necessariamente próprios, mas como uma resposta da vida prática aos limites da razão e do comprometimento dos atores a uma ordem que se sustenta puramente no livre arbítrio. Inspirado por Albert Hirschman, este trabalho esteve orientado por uma busca de reconhecer os neoliberais para além de minha própria concepção, abrindo espaço em mim para que eles se manifestassem e dissessem suas razões e paixões. Aliás, salvo engano, o que Adam Smith defendeu é que as paixões humanas não deixarão de existir, ainda que os iluminismos a tivessem negado (pelo menos até a chegada de Freud e dos pós-modernismos), e que, por essa razão, devíamos defender uma ordem coletiva que as reconhecessem (as paixões) e canalizassem de modo coletivamente produtivo - que a seu ver aconteceria numa ordem regida pelo interesse econômico e sua espécie de sublimação social das paixões. Com a vitória de sua defesa, o mundo assistiu à cristalização da sociedade em classes e à uma grave acumulação de poder. Como alternativa a esse mundo assistimos a luta de vanguardas que buscando desconstruir a luta de classes econômica, construíram, se nos permitem a ousadia, a luta de castas política. Enfim, a questão, se bem colocada nesses termos, parece continuar de pé. Enquanto isso se discute nas questões eleitas como dignas dos holofotes sociais, se devemos interferir mais na economia ou

menos, se devemos baixar impostos para liberar os agentes econômicos, ou fazer planos de desenvolvimento e leis que limitem o grande poder econômicos sobre os trabalhadores. Todas essas questões nos sugerem versões mais ou menos evidentes da mesma questão de fundo, que pergunta o quanto podemos determinar do modo que devemos viver e, desse modo, enquanto insuperadas, ambas são, na verdade, pertinentes, apesar da impertinência de vários de seus defensores, de ambos os lados. É sobre ela que repousa nossa olhar ao nos deixarmos conduzir por essa abordagem do problema. A partir dessa perspectiva, que contempla alguma coerência nos neoliberais, ainda permanecendo crítica à suas considerações gerais, nos perguntamos se há algum caminho seguro como alternativa à ordem capitalista, sem considerar as paixões humanas, assim como seus caprichos ou, se preferirmos, o risco permanente da incoerência. Pois ainda que a ordem política liberal garanta a manutenção da ordem econômica capitalista, será mesmo que a chave da mudança repousa na ordem política? Será que este modo de produção se permite transformar realmente a partir do alto? Talvez possamos reconhecer algo em que a matriz individualista tenha acertado. Se falhou na proposição de que tal ordem promoveria um mundo justo, ou uma justiça justa, parece acerto que soube reconhecer que a sociedade só permite a reificação e a dominação, caso a ordem vigente der vazão aos impulsos irracionais dos atores. Salvo engano, não vemos no horizonte sequer sinal de um tempo no qual tais impulsos deixem de ser relevantes. Essa abordagem nos sugere também que em nossas alternativas é imperioso que não sucumbamos a esses impulsos, que não nos permitamos ser reificados por eles, ou que não consideremos a questão resolvida, tanto pelo lado de uma abordagem social quanto individual, mas que os reconheçamos e que nos articulemos para construir uma ordem, talvez mais autodeterminada que a vigente, que

reconheça seu lugar, e que não busque simplesmente reprimi-los, demonizá-los, ou sub-localizá-los, como algumas religiões, e alguns “ismos” deram à entender que fizeram. Mas que os coloquem como agentes legítimos, ainda que carentes de responsabilidade. Sem isso poderemos estar, assim como realmente bradou Burke, sendo comandados por tais agentes, independente da ordem que se assente. Será esta afinal a razão para o sucesso do capitalismo? Sua adaptação daquilo que nos seres humanos ainda nos identifica, e provavelmente sempre nos identificará, à natureza. Assim, as questões políticas que dominam os jornais podem ser expressão de questões humanas que nos acompanham desde os primeiros tempos da história que chegou até nós. Seria, então, à essa questão central que deveríamos nos debater em busca da vida que coletivamente pretendemos construir? Sem esse enfrentamento podemos estar correndo o risco de sermos acometidos por algum outro tipo de reificação, e falharmos na realização da utopia que nos é mais cara: a emancipação frente a todos os nossos males e a todas as nossas determinações. E se, e o quanto, isso é possível, não seria questão a ser recolocada sempre, pois para cada constituição social, haveria uma resposta particular? E, se assim o for, não permaneceria, portanto, nosso movimento que, ao final, seria sempre um drama particular em busca do melhor que o momento e as condições permitirem? A estas questões apontam nossos esforços futuros. Em nossa ousadia na defesa de hipóteses ainda não devidamente embasadas, optamos por nos abirmos às críticas e melhor aproveitar a experiência da banca.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. **“Balanço do Neoliberalismo”**, in: GENTILI e SADER (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

AUNE, James-Arnt. **Selling the free market: The rhetoric of economic correctness**. Guilford Press, 2002.

AXINN, June & Stern, Mark J.. **Social Welfare: A History of the American Response to Need (5th Edition)**. Paperback, 2000.

BELL, Daniel. **O fim da ideologia: pensamento político**. Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1980.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo, Cultrix, 1977.

BELL, Daniel. **Las Contradicciones Culturales del Capitalismo**. Madrid , Alianza, c1992.

BELTRAN, Miquel & Saoner, Albert. **Ideological Incongruencies in American of the 1980s; Incongruencias ideologicas en la America de los 80**. Revista internacional de Sociologia 12, sept.-dec. 95: 55-70.

BERGER, Peter L. & NEUHAUS, Richard John. **To Empower People: the role of mediating structures in public policy.** Washington D.C., American Enterprise Institute, 1977

BIRNER, Jack & ZIJP, Rudy. **Hayek, Coordination and Evolution.** Routledge, London/N. York.

BURKE, Edmund. **Textos políticos.** Fondo de Cultura Económica, México, 1996.

CAMMISSA, Anne Marie. **From Rhetoric to Reform? Welfare Policy in American Politics.** Boulder, CO, Westview Press, 1998.

CENTENO, Miguel Ángel. **La Política del Conocimiento: Hayek y la tecnocracia.** in: Pensamiento Iberoamericano, 30, Madrid.

CHÂTELET, François. **História das Idéias Políticas** .François Châtelet, Olivier Duhamel, Évelyne Pisier-Kouchner. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

COOPER, Barry & KORNBERG, Allan & MISHLER, Willian. **The Resurgence of Conservatism in Anglo-American Democracies.** London, Duhan, 1988

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Reestruturação Econômica Mundial - Argumentos sobre as “Reformas Orientadas para o Mercado” nos Países em Desenvolvimento.** in Lua Nova, nº45.

CUBEDDU, Raimondo. **The Philosophy of the Austrian School,** Routledge,.London/N. York, 1993.

DAY, Phyllis J. **A New History of Social Welfare (4th Edition).** Hardcover, 2002.

DECTER, Midge. **The liberated Woman and others americans.** New york, Coward and geoghan, 1971

DINITTO, Diana M.. **Social Welfare: Politics and Public Policy (5th Edition)**

.Hardcover, 1999.

DOLBEARE, Kenneth. **Readings in American Ideologies**.Markham Pub Co (Rand McNally), 1973.

DOLBEARE, Kenneth. **Political Change in the United States: A Framework for Analysis (Policy Impact and Political Change in America)**.McGraw Hill Text, 1974.

DOLBEARE, Kenneth. **American Public Policy: A Citizen's Guide**.McGraw Hill Text, 1982.

DOLBEARE, Kenneth. **Democracy at Risk: The Politics of Economic Renewal (Chatham House Series on Change in American Politics)**.Chatham House Publishers; Revised edition,1986.

DOLBEARE, Kenneth. **Power and change in the United States: empirical findings and their implications**. Wiley, 1969.

DOLBEARE, Kenneth. **Institutions, policies, and goals; a reader in American politics**. Heath, 1973.

DOLBEARE, Kenneth. **U.S.A. 2012: After the Middle-Class Revolution**. Chatham House Publishers, 1996.

DOLBEARE, Kenneth. **American Political Thought**. Chatham House Publishers; 4th edition, 1998.

DOLBEARE, Kenneth & MEDCALF, Linda. **American Ideologies Today: Shaping The New Politics of The 1990's**.McGraw-Hill Humanities/Social Sciences/Languages; 2nd edition, 1992.

DOLBEARE, Kenneth & MEDCALF, Linda. **American Politics: Policies, Power, and Change**. D C Heath & Co; 5th edition, 1985.

DOLBEARE, Kenneth & MEDCALF, Linda. **American Ideologies Today: From Neopolitics to New Ideas**. Random House, 1988.

DOLBEARE, Kenneth & MEDCALF, Linda. **Neopolitics: American Political Ideas in the 1980s**. Random House, 1985.

DOLGOFF, Ralph & Feldstein, Donald. **American Ideologies Today: Shaping The New Politics of The 1990's**. McGraw-Hill Humanities/Social Sciences/Languages; 2nd edition, 1992.

DRAIBE, Sônia & HENRIQUE, Wilnês. **"Welfare State", Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional**. .in Revista Brasileira de Ciências Sociais - nº 6, vol. 3 - fev. de 1988.

DRURY, Shadia B. **Leo Strauss and the American Right**. London, Macmillan Press, c1999.

DUBIEL, Helmut. **Qué es el Neoconservadurismo?** Barcelona, , Anthropos, 1993.

DUPAS, Gilberto. **A Lógica Econômica Global e a Revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto**. Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário Sociedade e Reforma do Estado, ocorrido em São Paulo, entre 26 e 29 de março de 98.

FLEETWOOD, Steve. **Hayek's Political Economy – the socio-economics of order**. London/New York, Routledge, 1995.

FRASER, Steve and GERSTLE, Gary. **The Rise and Fall of the New Dela Order: 1930-1980**. New Jersey, Princeton University Press, 1989.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Artenova, 1977.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História?** in: Jornal da Tarde, caderno de Sábado, pp.4-5, 28-10-89.

GAMBLE, Andrew. **The Free Economy and the Strong State**. The Socialist Register, 1979.

GAMBLE, Andrew. **Hayek - the Iron Cage of Liberty**. Cambridge (UK/USA), Polity Press, 1996.

GERSON, Mark. **The Neoconservative Vision: From the Cold War to Culture Wars**. Madison Books, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo, editora UNESP, 1996.

GILBERT, Neil & ETZIONE, Amitai. **Transformation of the Welfare State: The Silent Surrender of Public Responsibility**. Hardcover, 2002.

GILENS, Martin. **Why Americans Hate Welfare: Race, Media, and the Politics of Antipoverty Policy**. University of Chicago Press (Trd), 2000.

GLAZER, Nathan. **The Limits of Social Policy**. Harvard Univ Pr, Reissue edition, 1990.

GRAY, John. **Liberalisms - Essays in Political Philosophy**. London, Routledge, 1989.

GRAY, John. **Beyond the New right**. London, Routledge, 1993.

GRAY, John. **Post-Neoliberalism - Studies in Political Thought**. N. York/London, Routledge, 1993.

GREEN, David G. **The New Right. The Counter-Revolution in Political economic and Social Thought**. London, Harvester, 1988.

HABERMAS, Jurgen. **The New Conservatism: Cultural Criticism and the Historians Debate.** Cambridge, Massachussetts, The MIT Press, 1990.

HALL, Peter, (ed). **The Political power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations.** Princeton University Press, 1989.

HARTZ, Louis & WICKER, Tom. **The Liberal Tradition in America.** Harvest Books; 2nd edition, 1991.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão.** Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1987.

HAYEK, Friedrich August von. **The Trend of Economic Thinking.** Rev. Economica 13, 1933.

HAYEK, Friedrich August von. **Collectivist Economic Planning.** Londres, Routledge, 1935.

HAYEK, Friedrich August von. **The Road of Serfdom, Londres.** Routledge, 1944.

HAYEK, Friedrich August von. **Individualism and Economic Order.** University of Chicago Press, 1980 .

HAYEK, Friedrich August von. **The Counter-revolution of Science.** Glencoe, Illinois, The Free Press, 1952.

HAYEK, Friedrich August von. **Freedom, Reason and Tradition.** Ethics, 68, 1958.

HAYEK, Friedrich August von. **The Constitution of Liberty.** Londres, Routledge, 1960.

HAYEK, Friedrich August von. **Studies in Philosophy, Politics and Economics.** Londres, Routledge, 1967.

HAYEK, Friedrich August von. **New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas.** Londres, Routledge, 1978.

HAYEK, Friedrich August von. **Law, Legislation and liberty.** Londres, Routledge, 1982.

HAYEK, Friedrich August von. **Desemprego e Política Monetária.** Rio de Janeiro, Instituto Liberal/José Olympio, 1985.

HAYEK, Friedrich August von. **The Fatal Conceit-The Errors of Socialism.** Univ. of Chicago Press, 1988.

HIRSCHMAN, Albert. **A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça.** São Paulo, Companhia da Letras, 1991.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo.** São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HOEVELER Jr., David. **Watch on the Right: Conservative Intellectuals in the Reagan Era.** Madison, University of Wisconsin Press, 1991.

HOROVITZ, Irving Louis. **Prophesying America's Future.** Society; 1997, 34, 6(230), Sept-Oct, 72-79.

HUNGTINTON, Samuel & CROZIER, Michel & WATANUKE, Joji. **The Crisis of Democracy : report on the governability of democracies to the trilateral commission.** New York, University Press, 1975.

JENCKS, Christopher. **Rethinking Social Policy: Race, Poverty, and the Underclass.** New York, Harper Perennial, 1993.

JORDAN, Grant. **Public Policy and the Impact of the New Right.** London; New York, Pinter Publishers; New York, NYL, USA, Distributed exclusively in the USA & Canada by St. Martin's Press, 1993.

KARGER, Howard Jacob & STOESZ, David. **American Social Welfare Policy: A Pluralist Approach (4th Edition).** Hardcover, Released, 2001.

KATZ, Michael B. **The Undeserving Poor: From the War on Poverty to the War on Welfare.** Paperback, 1990.

KATZ, Michael B. **The Price of Citizenship: Redefining the American Welfare State.** Hardcover, 2001.

KATZ, Michael B. **Poverty and policy in American History.** New York, Academic, c1983.

KATZ, Michael B. **The undeserving poor: from the war on poverty to the war on welfare .**New York, Phanteon, c1989.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** Nova Cultural (os economistas), São Paulo, 1985.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind: From Burke to Eliot.** Paperback, 2001.

KIRKPATRICK, Jeane J. **Dictatorships and Double Standards.** New York, Simon and Schuster, 1982.

KRISTOL, Irving. **Reflections of a neoconservative.** New York, Basic Books, 1983.

KRISTOL, Irving & KRISTOL, Arving. **Neo-Conservatism: The Autobiography of an Idea.** Ivan R Dee, Inc., 1999.

LASCH, Christopher. **A Rebelião das elites.** Rio de janeiro, Ediouro, 1995.

LIPPMANN, Walter. **The Good Society.** London, Georg Allen & Unwin Ltd., 1944.

- LORA, Ronald. **Conservative Minds in America**. Chicago, Rand-McNally, 1971.
- LOURY, Glenn C..**One by One by the Inside: race and responsibility in America**. New York, Free Press, 1995.
- MARSHALL, T. H. **Política Social**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- MEAD, Lawrence.**Beyond Entitlement**. Free Press, 2001.
- MIGUEL, Amando de. **El poder de la palabra : lectura sociologica de los intelectuales en Estados Unidos**. Madrid, Tecnos, 1978.
- MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo: O que é e para onde leva**. Cadernos Em Tempo, N° 300/301, 2002.
- MORAES, Reginaldo C. **Liberalismo e Neoliberalismo. Uma introdução comparativa**. Primeira Versão, 73, IFCH/UNICAMP, nov.1997.
- MORAES, Reginaldo C. **O Liberalismo Revisitado (I): Os Limites da Democracia**.Textos Didáticos, 35, IFCH/UNICAMP, fev. 1999.
- MORAES, Reginaldo C. **HAYEK e a Teoria Política do Neoliberalismo econômico**. Textos Didáticos, 36, IFCH/UNICAMP, abril 1999.
- MULLER, Jerry Z. **Conservatism: An Anthology of Social and Political Thought from David Hume to the Present**. New Jersey, Princenton Univesrity Press, 1997.
- MURRAY, Charles. **Losing Ground: American Social Policy, 1950-1980**.Basic Books; 2nd edition, 1995.
- NASH, George H.. **The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945**.New York, Basic, 1976.
- NEMO, Philippe,. **La Société de Droit selon F. A. Hayek**. Paris, PUF, 1988.

NISBET, Robert. **História da Idéia de Progresso**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

NISBET, Robert. **Conservatism**. Mineapolis, University of Minesota Press, 1986.

NOBLE, Charles. **Welfare As We Knew It - A Political History of the American Welfare State**,. New York, Oxford University Press, 1997.

NOVAK, Michael. **The Spirit of Democratic Capitalism**. New York, Simon and Schuster, 1982,

O'DRISCOLL, G. **Economics as a coordination problem: the contribution of F. Hayek**,. Kansas City, Sheed Andrews & McMeel, 1977.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do estado capitalista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. **Contradictions of the Welafare State: Studies in Conteporary German Social Thought**. Cambridge, Massachussetts, The MIT Press, 1984

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985,

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de janeiro, Tempo Brasileiro, 1984,

OLASKY, Marvin & Murray, Charles. **The Tragedy of American Compassion**. Crossway Books, 1995.

OVERBEEK, Henk (ed.). **Reestructuring Hegemony in the Global Political Economy. The rise of transnational neo-liberalism in the 1980s**. London and New York, Routledge, 1993.

PATTERSON, James T. **America`s Struggle Against Poverty, 1900-1985**. Cambridge, Massachusetts and London, England, 1986

PERSON, Paul. **Dimantling the Welfare State: Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment.** New York, Cambridge Univesity Press, 1994.

PIERSON, Christopher. **Beyond the welfare state? :The new political economy of welfare.** Pennsylvania, Pennsylvania State Univ., c1991.

PIERSON, Paul. **The New Politics of Welfare State.** Oxford [England] ; New York , Oxford University Press, 2001.

PIERSON, Paul. **Dismantling the welfare state? : Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment.** Cambridge, England; New York , Cambridge University Press, 1996, c1994.

PIVEN, Frances Fox & CLOWARD, Richard A. **Regulating the Poor: the Functions of Public Welfare.** New York, Vintage Books, 1971.

PODHORETZ, Norman. **Breaking Ranks: a Political Memoir.** New York, Harper and How, 1979.

POLANY, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro, Campus, 1980.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o estado providencia**.Brasilia, D.F. , Instituto Teotonio Vilela, 1998.

ROSIER, Michel. **L'Etat Expérimentateur.** Paris, PUF, 1993.

SCRUTON, Roger. **The Meaning of Conservatism.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Palgrave, 2001.

SIGLER, Jay A. **A tradição Conservadora no Pensamento Norte-Americano.**São Paulo, IBRASA, 1972.

SKLAR, Holly. **Trilateralism the Trilateral Commission and Elite Planning for World Management**. South End Press, 1980.

SKOCPOL, Theda. **The Missing Middle: Working Families and the Future of American Social Policy**. New York / London, W. W. Norton & Company, 2000.

SKOCPOL, Theda. **Social Policy in the U.S.: Future Possibilities in Historical Perspective**. Princeton University Press, 1995.

SKOCPOL, Theda; Weir, Margaret; Orloff, Ann Shola;. **The Politics os Social Policy in the United States**. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1988.

STAPLES, Willian G. **Castles of our Conscience: Social Control & the American State, 1800-1985**. Rutgers University Press, 1991.

STEINFELS Peter. **The Neo-Conservatives: the men who Are Changing America`s Politics**. New York,, Simon and Schuster, 1979.

STOESZ, David. **Poverty of Imagination**. University of Wisconsin, 2000.

STOESZ,-David & KARGER, Howard J. **American Social Welfare Policy**. Longman; 2nd edition, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (organizadores). **Poder e Dinheiro - Uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

THOMPSON, Grahame. **The Political Economy of the New Right**. London, Pinter Publishers, 1990.

TITMUSS, Richard. **The Gift Relationship : from human blood to social policy**. New York , Pantheon Books, 1971.

TRATTNER, Walter. **From Poor Law to Welfare State: A History of Social welfare in America**. Paperback, 1998.